SINCOMAM

ÓRGÃO OFICIAL DO SINDICATO NACIONAL DOS CONDUTORES DA MARINHA MERCANTE E AFINS

ANO III - Nº 7 - ABRIL DE 2013

FILIADO À CSB

DIA INTERNACIONAL DA MULHER

Condutoras de máquinas conquistam espaço no mercado

Tribunal Marítimo em tempos de navegação crescente

Desaposentação no Departamento Jurídico do SINCOMAM

ELCANO
CONTRIBUINDO HÁ MAIS DE 10 ANOS
PARA O DESENVOLVIMENTO
DO BRASIL

EMPRESA DE NAVEGAÇÃO ELCANO S.A.
Rio de Janeiro: Praia de Botafogo, 440 - 12º Andar.
Tel.: (21) 2123-9800
Pará: Travessa Antonio Jacinto, 21 Qd317 It 05
Vila dos Cabanos - Barcarena
Tel.: (91) 3754-3825

Dinheiro público no ralo

Alcir da Costa Albernoz

Às vezes eu me pergunto se o homem nasceu mau ou no decorrer do tempo se transformou em vil, sem amor e misericórdia, capaz de ver e fazer sofrer seu próprio semelhante, podendo estender a mão e, tendo condições para isso, não o faz. O que o leva a ser tão cruel? O filósofo francês Rousseau dizia que "o homem nasce bom, mas a sociedade o vicia". Já Thomas Hobbes, filósofo inglês, dizia que "o homem desde o nascimento é perverso e egoísta". Discussão filosófica à parte, sabemos que não merecemos os políticos que temos, salvo alguns que verdadeiramente fazem parte da exceção.

Todo ano me faço a mesma pergunta. Por que isso? Vejam em Fortaleza. Segundo a imprensa, o governador do Ceará, Cid Gomes, pagou R$ 680 mil à cantora Ivete Sangalo para animar a passagem de ano novo enquanto a seca devasta todo o Estado, e o sertanejo morre de fome e sede. No Rio de Janeiro, houve a contratação de cantores internacionais e nacionais. Pergunto: quanto custou a contratação do cantor Stevie Wonder? E os brasileiros DJ Saddam (OPALÃO 76), DJ Rapha Lima, DJ Lesco, Gilberto Gil, Claudia Leite e Grupo Coisa Séria???

Muitos foram aquinhoados com dinheiro público, mas pasmem: não é só isso. Notícias informam que os escolhidos foram os que, no segundo turno das eleições, vieram no programa eleitoral e declararam apoio aos eleitos! Francamente, eu me pergunto mais uma vez: é serio isso? Falo do Rio de Janeiro, pois já dizia o saudoso Leonel Brizola que o carioca é o povo mais politizado do Brasil. Se isso é verdade, por que a imprensa não questiona, por que não há movimentos sociais contra esse descalabro? Por que essa cumplicidade? Imaginem que em outros Estados não deve ter sido diferente. Nada contra comemorações, mas gastar dinheiro público com artistas? Por que não deixar as festas nas mãos da iniciativa privada e investir na educação? As escolas estão caindo aos pedaços. A saúde? Jesus, os hospitais públicos em estado de guerra. Ruas esburacadas, e o lixo se amontoa nas vias. Quando chove, as cidades ficam com tanta lama que parece lava de uma erupção vulcânica. Seria bom que os governantes pegassem esse dinheiro pago aos cantores e desse de bônus aos professores que são a viga-mestra dessa nação. E, se sobrar, invista-se na saúde e nos salários dos médicos, que certamente estariam fazendo muito mais justiça social e fazendo distribuição de renda colocando pão na mesa de quem realmente faz a diferença, pois quem cuida do próximo salva o bem jurídico mais sublime que não é possível valorar. Esse bem é a vida. No entanto, a classe mais abastada, com dinheiro e prestígio, dita as regras da moda e do comportamento que os demais devem seguir. Não há injustiça social mais perversa que essa, que pede o voto do trabalhador e prestigia as camadas sociais mais afortunadas!

No Rio de Janeiro, onde o SINCOMAM tem sua matriz e para onde os olhos do mundo se voltam, os municípios vizinhos à capital sofrem com o inchaço de bandidos que fugiram da capital e foram para as cidades próximas. Na realidade, as UPPs transferiram o problema de um lugar para outro, onde moram as pessoas mais carentes e indefesas que não estão em condomínios fechados e não podem pagar seguranças. Resolveram o problema nos bairros onde os *gringos* estarão, e a bandidagem foi para a periferia. Francamente, aí nada se resolveu. Empurraram com a barriga. É verdade que a segurança é dever do Estado, mas o prefeito que contratou os artistas caminha em passos largos com o atual governador, pregando a boa parceria. Teremos em breve dois grandes eventos, Copa do Mundo e Olimpíadas. Esperamos que a segurança seja entregue às Forças Armadas, para que o estrangeiro e o brasileiro durante esses eventos possam transitar livremente.

Que legado estamos deixando? O que será desse país com essa geração de políticos que transforma o poder emanado do povo e que só por eles deve ser exercido em benefício próprio? Alguém tem que ditar as regras para que haja o mínimo de respeito com o dinheiro público e se possa retornar em benefício da tão sofrida população. Que o Sr. Deus, rico em misericórdia, nos livre desses maus políticos que em época de eleição vêm pedir o voto da população para, depois de eleitos, se locupletarem em festas de fim de ano com o tão suado dinheiro público pago por esse povo sofrido e trabalhador de nosso país.

Que o Sr. DEUS abençoe esta Nação!
Boa leitura!

SINCOMAM
Sindicato dos Oficiais de Náutica e Máquinas da Marinha Mercante e Afins
www.sincomam.com.br

SEDE
Av. Presidente Vargas, nº 446 - 22º andar - Grupos: 2201/ 2204/ 2206/ 2207 -
Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20.071-000
Tel / Fax: (21) 2516-2143
E-mail: sincomam.ntg@terra.com.br

DELEGACIA DE SANTOS - SP
Av. Afonso Pena, nº 296, sala 36 -
Embaré - Santos -SP -CEP: 11.020-000
Tel / Fax: (13) 3272-2445
E-mail: sincomam.santos@terra.com.br

DELEGACIA DE MACAÉ - RJ
Av. Rui Barbosa, nº 698, sala 301- Centro - Macaé - RJ - CEP: 27.910-360
Tel: (22) 2762-5227
E-mail: sincomam.macae@terra.com.br

DELEGACIA DE SÃO LUÍS - MA
Av. Marechal Castelo Branco, nº 281, sala 303 - São Francisco – São Luiz – MA – CEP: 65076-090
Tel: (98) 3227-5180
E-mail: sincomam.maranhao@terra.com.br

DIRETORIA EXECUTIVA
Alcir da Costa Albernoz – *Diretor Presidente*
Nilton Mascarenhas – *Diretor Secretário*
Helio Lopes da Costa – *Diretor Procurador*
Jorge Ferreira Pacheco – *Diretor Administrativo*
Antonio do Carmo – *Diretor Adjunto*
Carlos Jaime Martins Júnior – *Diretor Financeiro*

DIRETORIA SUPLENTE
Abelardo Teixeira Filho
José Cardoso
Waldeir Francisco da Silva
Raimundo dos Santos Costa
Noelcio Cajueiro de Campos

CONSELHO FISCAL
Anísio Freire
Jairo de Oliveira
Antônio Marcos Castelo Souza Salgado

CONSELHO FISCAL SUPLENTE
Rubilar Monteiro dos Santos
Vilnei Souza Lima
Raimundo Nonato da Silva

DELEGADOS JUNTO À FEDERAÇÃO
Alcir da Costa Albernoz
Eli Macedo Campos

DELEGADOS SUPLENTES JUNTO À FEDERAÇÃO
Francisco de Assis dos Santos
José Barbosa de Souza Filho

EDITOR
Mauricio Azevedo (MTb RJ 14035)
azevedo.mauricio@gmail.com

PROJETO GRÁFICO
Laerte Gomes
gomes.laerte@gmail.com

TRATAMENTO DE IMAGENS
Eduardo Jardim
efjardim02@gmail.com

IMPRESSÃO
Gráfica MEC

Esta edição: 5 mil exemplares

SUMÁRIO

ANO III - Nº 7 - ARIL - 2013

12
Elas também conduzem as máquinas
Aproveitamos o Dia Internacional da Mulher, 8 de março, para entrevistar três CDMs pioneiras. Wanessa de Sant'Anna Cunha, Cassiopéa Quirino e Juliana da Silva Baptista (foto) contam como é trabalhar em um mercado até agora dominado por homens.

6
CAAQ homenageia SINCOMAM
Em nome do Sindicato, o presidente Alcir Albernoz recebeu em fevereiro, no CIAGA, homenagem dos alunos da turma extra de 2012 do Curso de Adaptação para Aquaviários na Área de Motores da Marinha Mercante.

20
Bons acordos abrem 2013
Assinados 14 Acordos Coletivos de Trabalho de novembro a março. Vantagens para CDMs em apoio marítimo, portuário e longo curso e cabotagem. SINCOMAM amplia presença sindical no Nordeste.

42
A caminho dos 80 Anos
Saiba como funciona o Tribunal Marítimo, criado em 1934, na entrevista com o presidente do órgão.

31 À espera do resgate
Veja como será o desencalhe do transatlântico Costa Concordia, que naufragou parcialmente há mais de um ano no litoral italiano.

8
Desaposentação
Departamento Jurídico do SINCOMAM pronto para acompanhar inativos que querem rever benefício.

10
Sindicatos na berlinda
Depois do STF declarar legal a contribuição sindical, governo iniciou combate à proliferação indiscriminada de representações de trabalhadores. Entidades suspensas e proibidas de receber verbas.

24
Contornos da crise
Petrobras corre para tentar se recuperar, após queda na produção de petróleo.

CAAQ extra forma novos CDMs

SINCOMAM homenageia e é homenageado em cerimônia no CIAGA

Mais 36 condutores de máquinas habilitados estão aptos a entrar no mercado de trabalho. São os CDMs formados pelo Centro de Instrução Almirante Graça Aranha no CAAQ I MM Extra de 2012 – Curso de Adaptação para Aquaviários na Área de Motores (I) da Marinha Mercante.

Homenagens SINCOMAM

A solenidade de formatura aconteceu em fevereiro de 2013 no CIAGA, representado na mesa da cerimônia pelo comandante Ricardo José Cimino, imediato do órgão, e pelo chefe do Centro de Ensino Presencial, comandante Soares. Completou a mesa o paraninfo da turma, professor Luiz Otávio Ribeiro Carneiro.

O SINCOMAM compareceu com diretores, membros do Departamento Jurídico e o presidente Alcir Albernoz, que foi homenageado com uma placa pelos esforços do Sindicato em formar e qualificar profissionais da categoria.

Além de entregar uma placa de reconhecimento ao aluno Ivan Villas Boas Pereira, primeiro colocado do curso, o presidente do SINCOMAM fez discurso em que classificou de "projeto grandioso" a iniciativa da Marinha do Brasil na formação de novos quadros da Marinha Mercante.

Mensagem aos novos CDMs

Dirigindo-se aos formandos, Alcir Albernoz disse que aquele momento precedia tempos de grande responsabilidade:

– Saibam que as adversidades virão, mas não desistam de lutar, pois a vida nos ensina que não há vitória sem luta. Não abandonem os livros. Só através deles nos livramos das amarras da pobreza, dos vícios e da ignorância.

O presidente do SINCOMAM encerrou o discurso com uma mensagem de otimismo aos novos CDMs:

– Nunca antes na história da Marinha Mercante os Acordos Coletivos de Trabalho foram tão atrativos como são hoje, em face do momento econômico em que vive o nosso país. Os senhores irão viver períodos de confinamento, insalubres, com o balanço incansável da embarcação e o barulho constante das bombas e motores. Mas orgulhem-se de ser um elo importante dessa corrente que contribui para o crescimento do nosso Brasil. Saibam que o SINCOMAM também será o seu porto seguro e estará sempre na vanguarda de seus interesses. Que Deus os abençoe.

Acima, aluno do CAAQ entrega placa de homenagem ao presidente do SINCOMAM, que dirigiu mensagem de apoio aos novos condutores de máquinas da Marinha Mercante em discurso (foto ao lado)

Transpetro incorpora

SINCOMAM presente à entrega do petroleiro Rômulo Almeida, o quarto do Promef

No primeiro grande evento do segmento marítimo de 2013, a Transpetro recebeu em 17 de janeiro o petroleiro Rômulo Almeida. A solenidade, no Estaleiro Mauá, em Niterói-RJ, contou com a presença de autoridades e sindicalistas. O SINCOMAM esteve representado pelo diretor procurador, Helio Costa.

Com investimento de R$ 10,8 bilhões na encomenda de 49 navios, o Programa de Modernização e Expansão da Frota (Promef) da Transpetro impulsionou o ressurgimento da indústria naval brasileira. O Brasil já tem a quarta maior carteira mundial de encomendas de navios. O setor naval emprega hoje 62 mil pessoas. Há uma década, eram menos de duas mil.

Rômulo Almeida: 183 m de comprimento e 48 mil toneladas de porte bruto, capacidade para transportar 56 milhões de litros e índice de nacionalização de 72%

Desaposentação

Procuradora do Instituto de Previdência de Itaboraí-RJ, Cláudia Góes atualiza Departamento Jurídico do SINCOMAM sobre tema de interesse trabalhista

Reestruturado para ampliar o atendimento ao associado, o Departamento Jurídico do SINCOMAM tem correspondido às metas traçadas pela Diretoria do Sindicato e pelo time de advogados próprios.

Além de atuar no apoio às negociações de Acordos Coletivos de Trabalho e causas trabalhistas dos sindicalizados, o Departamento Jurídico do SINCOMAM tem se expandido na prestação de outros serviços.

Aos poucos, o associado aproveita essa retaguarda oferecida nas áreas de família, do consumidor, de inventário ou de usucapião. Estas são algumas das ações que os advogados do Sindicato têm ajuizado para os sindicalizados, que aproveitam esse serviço a mais.

Uma das questões principais do momento para aposentados, tanto no Departamento Jurídico do SINCOMAM quanto nos escritórios de advocacia em geral, é a desaposentação. O tema foi o assunto em dezembro da palestra feita para os advogados do Sindicato pela especialista Cláudia Góes (foto).

Procuradora do Instituto de Previdência do município de Itaboraí-RJ, Cláudia Góes tem vasta experiência na seara previdenciária, além de ter sido servidora do INSS por anos.

O encontro atualizou os profissionais do Departamento Jurídico do SINCOMAM e gerou ainda a entrevista a seguir, na qual o leitor também poderá se inteirar sobre o assunto.

O que é a desaposentação?

É o direito do aposentado que continuou a trabalhar a ter uma revisão nos seus proventos com a inclusão de mais tempo e salários de contribuição no cálculo de sua renda mensal. O nome do instituto é desaposentação, que consiste no cancelamento da aposentadoria atual para a concessão de uma nova, com proventos maiores. Não há previsão legislativa para a sua concessão, e o INSS não o aceita, alegando, nos termos do art. 5°, XXXVI da Constituição Federal, que não se pode renunciar a uma aposentadoria já concedida, por se tratar de ato jurídico perfeito, que não poderia ser desfeito. Tal argumento é falacioso: o dispositivo constitucional é uma garantia do cidadão em face do Poder Público, e não o contrário, tanto que esse dispositivo se encontra no capítulo da Constituição que trata dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos.

Quem tem direito a pedir?

Somente os aposentados por tempo de contribuição, seja integral ou proporcional, por idade ou especial e que continuaram ou retornaram a exercer atividade remunerada, isto é, que sejam segurados da Previdência Social. Observe-se que não vale ser aposentado por invalidez, uma vez que esta espécie de aposentadoria impede o exercício de quaisquer atividades profissionais.

Quais os requisitos necessários para requerer a desaposentação?

Ela deve ser requerida judicialmente em face do INSS na Justiça Federal. É necessário que o aposentado procure um advogado que trabalhe com causas previdenciárias e que tenha em mãos: a carta de concessão de sua aposentadoria, todas as Carteiras Profissionais, carnês se houver, Perfil Profissiográfico Previdenciário, o PPP, se exercer atividade especial, INFBEN, que é um documento fornecido pelo INSS, e o Cadastro Nacional de Informações Sociais, o CNIS, com o extrato de todas as empresas e remunerações desde julho de 1994. O CNIS pode ser obtido pela internet mediante cadastramento prévio de senha no INSS.

Quais as medidas judiciais cabíveis?

É cabível tanto ação sob o rito ordinário, perante uma Vara Federal, quanto sob mandado de segurança em face do gerente executivo do INSS mantenedor do benefício. Não é recomendável ingressar com este tipo de ação em Juizado Especial Federal, posto que na Seção Judiciária do Rio de Janeiro todos os juizados indeferem o pedido de desaposentação. O procedimento mais rápido, em regra, é o mandado de segurança. Entretanto, é necessário apresentar a negativa administrativa do INSS, ou seja, tem que anexar o indeferimento de uma Agência da Previdência Social.

A desaposentação gera um aumento no valor da aposentadoria?

Doutrinariamente, só cabe falar em desaposentação quando, com a renúncia da aposentadoria, se consiga outra, com proventos melhores. Na maioria dos casos, em que os segurados continuam a contribuir para o INSS, a renúncia será benéfica. Entretanto, deve-se sempre previamente calcular a nova renda mensal para saber se haverá aumento ou não. Nos casos em que o segurado, por exemplo, continue a trabalhar, mas com salários menores que os anteriores, pode ser que a desaposentação não seja indicada. Não há regra, tem que ser verificado caso a caso.

Como se faz o cálculo para se chegar ao montante a receber caso se ingresse com a ação?

Primeiramente, faz-se uma contagem do tempo de contribuição total do aposentado, incluindo-se o tempo posterior à aposentadoria. Num segundo momento, digita-se numa planilha, disponível no site do INSS, mês a mês, incluindo todas as remunerações do aposentado desde julho de 1994. Baseado nessas informações, o programa calculará a nova renda mensal do segurado.

É necessário devolver dinheiro caso a ação tenha êxito?

Essa possibilidade da devolução dos valores já percebidos a título de aposentadoria é a principal questão em relação ao Instituto. Não há nenhum juiz que negue que o segurado tem direito a renunciar à aposentadoria. Entretanto, alguns a condicionam à devolução dos proventos já recebidos. Em virtude da natureza alimentar dos proventos, não é adequado falar-se em devolução. Ademais, condicionar-se a desaposentação à restituição dos proventos já percebidos significa equiparar a aposentadoria regular às que foram concedidas com erro ou fraude.

A Justiça tem mostrado algum sinal de tendência diante dessa demanda?

No momento atual há grande divergência entre os juízes federais acerca da desaposentação. No Superior Tribunal de Justiça e no Supremo Tribunal Federal tramitam processos sobre o assunto. A depender do resultado desses julgamentos ou o instituto perecerá ou será finalmente regulado por Lei. É mais provável que nossos Tribunais Superiores julguem a favor da tese da desaposentação e que aproximadamente 500.000 aposentados sejam contemplados com a pacificação do tema.

Sindicatos: normas mais rígidas

País mostra inchaço, com mais de 14 mil entidades em atuação

Último ato: o ex-ministro do Trabalho Brizola Neto e dirigentes de centrais sindicais durante encontro que debateu quadro sindical

O Ministério do Trabalho e Emprego adotou em fevereiro rigorosas regras para expedir a Certidão de Registro Sindical. As novas normas valem a partir de abril e alteram a Portaria 186/08, que até agora orientava a criação e o registro de sindicatos.

Entre as exigências, reconhecimento em cartório das atas e dos estatutos das entidades, a identificação dos diretores dos sindicatos por meio da Carteira de Trabalho e do PIS, a realização de assembleia em caso de desmembramento de entidades e a publicação dos atos processuais do Cadastro Nacional de Entidades Sindicais do MTE. "Vamos evitar descontrole e o favorecimento na concessão de registros", disse o então ministro do Trabalho, Brizola Neto, que deixou o governo em março.

Existem hoje no país cerca de 14 mil sindicatos, dos quais 940 irregulares – diz o governo. Alguns podem perder o registro. Cerca de 40 federações não atendiam aos pré-requisitos exigidos, e 23 delas foram suspensas, proibidas de receber a contribuição sindical.

O MTE lançou o certificado digital para novos registros a partir de 2 de abril de 2013. Todas as solicitações passam a ser feitas via formulário eletrônico. Há um valor variável a ser pago por esse cadastro, que permite simulação na página virtual do Ministério (portal.mte.gov.br). O processo de concessão de registro pode ser acompanhado também neste endereço.

STF mantém contribuição sindical

O Supremo Tribunal Federal arquivou no início de 2013 ação ajuizada pelo Partido Popular Socialista contra a cobrança obrigatória da contribuição sindical, prevista na Consolidação das Leis do Trabalho. O PPS pedia a declaração da ilegalidade da medida, argumentando que os artigos da CLT sobre contribuição sindical afrontariam os preceitos constitucionais da livre associação e filiação sindical.

Na decisão, ministro Celso de Mello concluiu que a ação não reunia os requisitos necessários e que ela só seria cabível diante de uma controvérsia judicial relevante, caracterizada por julgamentos conflitantes de órgãos diversos da Justiça. Ele lembrou que o Supremo já reconheceu, em inúmeros julgamentos, a plena legitimidade constitucional da cobrança sindical.

Ministro Celso de Mello, do STF: contribuição é legítima

▶ FIQUE SABENDO

Previdência transparente
As empresas já estão obrigadas a informar mensalmente, a cada trabalhador, o valor do recolhimento previdenciário feito em seu benefício ao INSS. É o que determina a Lei 12.692/12, aprovada em 2012 na Câmara. O INSS também fica obrigado a enviar extrato relativo ao recolhimento às empresas e segurados sempre que solicitado.

IR isenta PL
Trabalhadores que ganham até R$ 6 mil de Participação nos Lucros (PL) estão isentos desde 1º de janeiro de pagar Imposto de Renda sobre o benefício. A Medida Provisória 597/12 prevê que o desconto do IR será de 7,5% para PL (no valor entre R$ 6 mil e R$ 9 mil), de 15% (entre R$ 9 mil e R$ 12 mil), de 22,5% (de R$ 12 mil a R$ 15 mil) e de 27,5% para quem ganha mais de R$ 15 mil de PL.

Rescisão: novo documento
Todas as rescisões a partir de 1º de fevereiro devem utilizar o Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho, novo modelo de documento do Ministério do Trabalho. São agora obrigatórios também o Termo de Quitação, para contratos com menos de um ano de serviço, e o Termo de Homologação, para aqueles com mais de um ano de serviço.

DONAS DA CASA
(de máquinas)

Condutoras representam a categoria no Dia Internacional da Mulher

Amanhece na Praça Ararigboia, em Niterói-RJ. É mais um dia como outro qualquer. Dezenas de milhares de trabalhadores e estudantes da cidade – e do município vizinho de São Gonçalo também – chegam à estação hidroviária para atravessar a Baía de Guanabara e desembarcar no Rio de Janeiro 20 minutos depois.

Essa rotina se repete também no interior do terminal. Ali, entre os mais de cem mil usuários diários, os marítimos da empresa CCR Barcas – concessionária do principal transporte hidroviário urbano do país – se alternam em turnos para guarnecer as lanchas que cobrem quatro linhas de passageiros na Baía: da Praça XV de Novembro, no centro histórico do Rio, chega-se às ilhas de Paquetá e do Governador e a duas estações de Niterói, onde, numa delas e base operacional, há revezamento de turno. Profissionais de várias categorias marítimas trocam informações técnicas no momento da rendição. Há mulheres fardadas. São condutoras de máquinas.

Três delas contam à Revista SINCOMAM sobre o dia a dia. Wanessa Cunha, Cassiopéa Quirino e Juliana Baptista compartilham a mesma trajetória: são técnicas de origem, iniciaram a carreira no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro e cursaram o CAAQ I MM, do CIAGA. E se sindicalizaram após receber a habilitação. Apesar das coincidências, cada uma tem a própria maneira de encarar essa experiência que as coloca como pioneiras de um mercado até agora dominado por homens. >>>

WANESSA

"Quando é preciso, boto a mão na graxa"

Wanessa de Sant'Anna Cunha habilitou-se CDM em julho de 2010 e em março de 2011 entrou para a Barcas S/A, hoje CCR Barcas.

O interesse pela carreira começou quando ela era técnica da Escola Técnica do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro (ETAM), onde um professor comentou sobre o Curso de Aperfeiçoamento de Aquaviário (CAAQ) do CIAGA.

– Sempre quis ser da Marinha. Quando esse professor me indicou o curso, fui ao SINCOMAM e consegui me matricular no CAAQ de 2010. Em dois meses estava fazendo estágio na Smit. Meu embarque de batismo foi em um rebocador.

A carreira começou movimentada. O primeiro emprego na Barcas S/A foi interrompido ao ser chamada de volta para a Smit Rebras, aí já como chefe de máquinas. Logo, porém, retornava à Barcas S/A – concessionária anterior –, em janeiro de 2012. Hoje, como chefe de máquinas da CCR Barcas – concessionária atual –, trabalha diretamente com marinheiros e moços de convés. O fato de ser mulher nunca gerou conflitos, diz:

– Acho que, pelo fato de ter tido minha formação no meio masculino, administro bem essa questão. Antes de me formar CDM, na ETAM eu era chefe de mecânicos da área submarina, na oficina de motores. Dizem que tenho postura de líder, que "chego junto", mas na verdade eles sempre me ajudaram.

Casada com um CDM, sem filhos, Wanessa diz que não abre mão da vaidade feminina.

– Passo um batonzinho e faço as unhas. Meu trabalho é relativamente leve, mas, quando é preciso, boto a mão na graxa. Estou satisfeita na CCR Barcas, onde tenho uma escala 5 x 2, durmo todo dia em casa, com jornada diária de sete horas. Antes morava em Realengo, que fica a 40 km do trabalho, e agora me mudei para Niterói, base dos marítimos da empresa. E a responsabilidade é grande, pois transportamos uma carga preciosa. Até duas mil pessoas que viajam nas embarcações.

CASSIOPÉA

"As mulheres também são capazes"

Nascida em Minas Gerais, mas vivendo no Rio desde criança, Cassiopéa Quirino é CDM a partir de 2006, quando fez o CAAQ, que concluiu após iniciar a carreira como técnica em mecânica industrial no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro (AMRJ).

– Já saí do CIAGA com estágio na Log-In, onde fui efetivada ainda em 2006 e onde fiquei até 2009, quando vim para a Barcas S/A, atual CCR Barcas. Acabei me adaptando bem.

A escala 5x2 é boa, na opinião da condutora, que não pensa em mudar para o offshore:

– O salário seria melhor, mas aqui a qualidade de vida fala mais alto. Tenho a minha rotina tranquila, minha casa. Lavo, passo e cozinho, mas é sempre bom exercer uma função profissional.

Na profissão, Cassiopéa garante nunca ter tido conflito com os homens.

– Eles mesmos costumam comentar que mulher tem mais tato e paciência para lidar com situações de emergência. Houve um episódio em que precisamos agir rápido nas máquinas devido a um aquecimento provocado por lixo nas águas da baía. Um colega marítimo disse que se o chefe de máquinas fosse homem, já estaria gritando naquele momento.

A força física, que seria um obstáculo para as mulheres, é minimizada por Cassiopéa.

– É comum ouvirmos colegas veteranos com queixas de dor nas costas. O profissional atualizado e qualificado sabe que tem ferramentas à mão, como carrinhos e calhas. Hoje, a tecnologia está a nosso favor. As mulheres também são capazes. Dentro nas nossas diferenças, também temos o direito de melhorar, de nos sentirmos úteis.

JULIANA

"Saí do CIAGA com o CAAQ e estágio na Transpetro"

Profissional formada pelo CAAQ em 2010 e sindicalizada desde 2011, Juliana da Silva Baptista diz que escolheu a carreira por opção própria, depois de iniciar-se profissionalmente na Escola Técnica do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro (ETAM).

– Colegas que haviam feito o Curso de Aperfeiçoamento de Aquaviário sugeriram esse caminho, e o Sindicato dos Técnicos me orientou. Saí do CIAGA com o certificado do CAAQ e a indicação de estágio na Transpetro, onde fiquei dois meses.

Casada, sem filhos e moradora em São Gonçalo, município vizinho de Niterói, onde os marítimos da CCR Barcas iniciam e terminam a jornada diária, Juliana se diz satisfeita com o momento profissional e também por morar perto do trabalho.

MEMÓRIA

8 de Março

Como surgiu o Dia Internacional da Mulher

Há diferentes versões ligadas à criação do Dia Internacional da Mulher, instituído em 1975 pela Organização das Nações Unidas (ONU) e comemorado mundialmente em 8 de março.

Uma delas, relacionada aos Estados Unidos, está ligada à data de um incêndio da Triangle Waist Company, uma fábrica de roupas em Nova York, ocorrido em 1911, que custou 140 vidas. A tragédia serviu para colocar em evidência as condições subhumanas a que as trabalhadoras eram submetidas e ajudou a dar voz e direitos para a emergente União das Moças Trabalhadoras do Vestuário e da Liga da União das Trabalhadoras.

Outra versão para o Dia Internacional da Mulher está ligada à Rússia, onde, em 1917, mais de 90 mil mulheres protestaram contra a I Guerra Mundial. O ato liderado pela multidão de operárias pedindo pão e paz também denunciou e condenou as más condições de trabalho delas, a fome e a participação do país no conflito. A gigantesca manifestação aconteceu em 23 de fevereiro pelo calendário juliano – adotado pela Rússia czarista –, data que coincide com o dia 8 de março pelo calendário gregoriano, usado no Ocidente.

No Brasil, a luta pelos direitos da mulher teve início no início do século 20. Grupos anarquistas levantaram esta bandeira reivindicando melhores condições de trabalho e qualidade de vida. Outra exigência feminina era o direito de votar, conquista que veio em 1932, na Constituição promulgada pelo presidente Getúlio Vargas.

Nova York, 1919: bombeiros apagam incêndio em fábrica de roupas matou 140 operárias

Início do Século XX: sindicalistas pioneiras de Nova York e a Liga da União das Trabalhadoras

Ela comanda uma arma aérea

Tenente Carla, a primeira oficial brasileira a liderar esquadrilhas de caça

Uma mulher comandando esquadrilhas de caça de alta performance, a chamada "primeira linha" da Aeronáutica, é mais uma conquista feminina.

Lotada no Esquadrão Adelphi, da base aérea de Santa Cruz, no Rio de Janeiro-RJ, a 1º tenente aviadora Carla Alexandre Borges Garcia pilota um AMX, caça projetado, desenvolvido e produzido por Embraer, Alenia e Aermacchi, num programa conjunto entre Brasil e Itália.

Novas gerações

Antes de chegar ao comando de um AMX, a tenente Carla ingressou na Academia da Força Aérea (AFA), em 2003, no curso de formação de Oficiais Aviadores. Graduada, fez em 2007 o curso de piloto de caça, na Base Aérea de Natal-RN, conduzindo um A-29 Super Tucano. Na Base Aérea de Boa Vista-RO complementou a formação com missões de policiamento do espaço aéreo e ataque ao solo, dentre outras.

Sobre o exemplo que transmite, ela acredita que, como mulher pioneira na aviação brasileira de caças, está mostrando às futuras gerações de aviadoras que é possível realizar um sonho.

– Com dedicação e empenho pode-se conquistar qualquer tipo de aspiração, inclusive estar à frente de uma esquadrilha de aeronaves de alta performance da Força Aérea Brasileira – diz.

Após colocar no currículo os cursos de Especialização Operacional de Aviação de Caça, Tática Aérea, Liderança de Esquadrilha e Piloto Operacional de Defesa Aérea, a tenente Carla mira na carreira.

– Meu objetivo máximo da parte operacional da carreira é pertencer a um Esquadrão de Caça em missões operacionais e estar pronta para defender meu país se assim for preciso – afirma.

Poder de fogo do AMX nos Bálcãs e Amazônia

A Força Aérea Italiana relata que em 1999 usou o AMX em 274 missões de 1.200 horas de combate na Guerra do Kosovo, com aproveitamento efetivo de 99,5%, destruindo estações de radar das forças sérvias voando a menos de 100 metros e a 900 km/hora. Segundo o site <freepages.military.rootsweb.ancestry.com>, os AMX brasileiros mostraram capacidade de manobras em 1998, nos EUA, onde seis deles fizeram 52 saídas simuladas de ataque. Perto de similares chilenos, belgas, holandeses, canadenses e americanos, os AMX brasileiros acertaram mais de 75% dos alvos contra uma média de 60% dos demais.

O mesmo site sugere que os AMX da FAB também já teriam atacado posições das FARC em território colombiano em 1999 durante a Operação Querari. Em 2003, bombardearam pistas clandestinas na Amazônia.

Um espelho para as mulheres

Uma nova guinada na vida da médica e então capitão de mar-e-guerra Dalva Maria Carvalho Mendes aconteceu em novembro de 2012, quando ela foi promovida pela presidenta Dilma Rousseff a contra-almirante.

Almirante Dalva, a primeira oficial a galgar a mais alta patente militar na história do Brasil

Integrante da primeira turma de mulheres a ingressar nas Forças Armadas, em 1981, ela agora é novamente pioneira, desta vez como a primeira oficial general brasileira. A patente de almirante na Marinha equivale a general, no Exército, e brigadeiro, na Aeronáutica.

Atualmente estagiando na Escola Superior de Guerra, no Rio de Janeiro-RJ, a contra-almirante Dalva recebeu a Revista SINCOMAM para a entrevista a seguir.

"Na Marinha, as oficiais, as praças e as civis me falam de orgulho"

Passados três meses da sua promoção, diminuiu aquele primeiro momento de ansiedade da mídia? Houve pedido de autógrafos à Sra.?

Diminuiu, mas perdi as contas de pedidos para entrevistas. Cheguei a conceder quatro num mesmo dia. Isso para mim também foi uma novidade. Não houve autógrafos. A repercussão mais acalorada aconteceu no salão de beleza que frequento. A dona me ligava eufórica e as assistentes dela, sim, pediram para tirar foto comigo.

Na cerimônia de posse, foi visível a satisfação da presidenta Dilma Rousseff. A Sra. pode revelar qual foi a conversa com ela?

A presidenta Dilma foi extremamente gentil e simpática. Senti que ela estava realmente feliz. "Nós, mulheres, estamos assumindo altos postos e temos uma grande responsabilidade", foi isso que ela disse. Eu também me senti extremamente feliz naquele momento. São emoções que não conseguimos traduzir em palavras. Minha filha, oficial de Marinha, e meu filho estavam ali, comigo. Como viúva, senti falta do meu marido.

De onde nasceu essa ligação com o mar?

Sou carioca, nascida no Hospital Ordem 3ª da Penitência, na Tijuca, bairro que não tem praia, mas meu pai teve barco de pesca e foi com ele que aprendi a amar o mar. Ele levava os filhos junto, e até jogar tarrafa eu aprendi. Precisa de técnica. Se não tiver cuidado, perde os dentes, que também ajudam prender a tarrafa, antes do arremesso.

O que a Sra. guarda como lembrança dos primeiros tempos de militar?

A aposta. As mulheres da primeira turma admitida pela Marinha, em 1981, vindas de todo o Brasil, entraram na reserva remunerada. Não havia carreiras integradas às suas especialidades. Éramos médicas, enfermeiras, engenheiras, estatísticas. Éramos 202 mulheres oficiais e 310 praças. Havia uma grande expectativa em função de investimento alto feito pela Marinha, onde se concluiu que a mulher é imprescindível no mercado de trabalho. Essa era a aposta.

A Sra. esteve no Hospital Naval Marcílio Dias e dirigiu Policlínica Naval Nossa Senhora da Glória, no Rio de Janeiro. Como é a sua experiência de embarcada?

Pouca. Minha maior permanência a bordo foi de 15 dias. Eu era capitão-de-corveta e capitaneei as ações de saúde no navio aeródromo Minas Gerais, que não existe mais, numa reedição do Projeto Rondon. As mulheres da Marinha embarcam mais em missões sociais, como as destinadas às populações ribeirinhas na Amazônia.

Pode comentar sobre essa sua fase atual, na Escola Superior de Guerra?

Os almirantes recém-promovidos vêm estagiar na Escola Superior de Guerra. Alguns acabam ficando. Estou fazendo o Curso de Altos Estudos Estratégicos da turma de 2013, que é mista. São homens e mulheres, militares e civis, como juízes e professores. Tem embaixador.

Roberto Stuckert - PR

Com Dilma, "extremamente gentil e simpática"

A Sra. é uma referência, inclusive dentro de casa...

Meu filho não, mas minha filha seguiu carreira e também se tornou oficial da Marinha. Ela é advogada, se interessou pela carreira militar, e eu acabei incentivando. Ela não queria que ninguém soubesse que era filha de uma oficial, fez concurso e passou. Nunca os forcei a nada. Queria que eles fossem felizes numa profissão digna.

E como referência geral, como a Sra. se sente?

Percebo que as mulheres das três Forças Armadas ficaram estimuladas. Na Marinha, as oficiais, as praças e as civis me falam de orgulho. Algumas chegam a me dizer que agora acreditam que é possível evoluir. De uma certa forma, remete à conhecida "síndrome de vira-latas", do escritor Nelson Rodrigues, mas sem o sentido pejorativo original da expressão. É um outro olhar sobre a condição do brasileiro miscigenado. Não temos uma raça específica. Somos vira-latas com orgulho, pelas habilidades que acabamos desenvolvendo para fazer o ideal, que é o crescimento do Brasil.

Início promissor

Ano de 2013 começa com Acordos Coletivos de Trabalho vantajosos para condutores de máquinas

O SINCOMAM terminou 2012 e iniciou 2013 atualizando e fechando Acordos Coletivos de Trabalho com grandes empregadores. De dezembro do ano passado até agora foram negociados 14 ACTs. Entre eles, acordos com a CCR Barcas, com a Associação Brasileira das Empresas de Apoio Marítimo (Abeam) e uma recomposição salarial com Petrobras e Transpetro. Houve também ACTs garantindo realinhamento de vantagens e reposição do poder de compra em vários acordos.
Outro avanço do SINCOMAM é o aumento na representação de trabalhadores do Nordeste.

Assinatura do ACT com a CCR Barcas: da esquerda para a direita, Hamilton Werneck (Depto. Jurídico SINCOMAM), Helio Costa (diretor procurador do SINCOMAM), Eubertson Esberard Mandur, gestor administrativo-financeiro da CCR Barcas, Edmilson Pinheiro da Silva, gerente de RH da empresa, e Rogério Pinto da Fonseca, gestor de RH do empregador

ACTs no apoio portuário

Conquistas consistentes na CCR Barcas

Na CCR Barcas, os CDMs rejeitaram o banco de horas proposto pela empresa. A rejeição foi decidida pela base engajada em seguidas discussões e votações.

Finalmente, em fevereiro, Sindicato e empresa firmaram o ACT 2013-2014, que garante reposição acima do INPC da data-base, fevereiro. Como avanço, o SINCOMAM conseguiu a equiparação salarial entre CDMs das embarcações mais antigas e CDMs que tripulam os modernos catamarãs. Com a isonomia, os que vinham recebendo menos tiveram reposição compensatória de dois dígitos.

Ainda no acordo com a CCR Barcas, destaque para o vale-alimentação com reajuste de dois dígitos, também acima do INPC da data-base.

Na Smit-Rebras, o ACT 2012-2013, firmado em dezembro, também prevê reposição salarial acima do INPC da data-base, fevereiro. O vale-alimentação com reajuste de dois dígitos, igualmente acima do INPC da data-base, representa outra melhoria.

Na Camorim, onde a data-base também é fevereiro, o ACT 2012-2013 firmado novembro de 2012 corrige salários acima do INPC e corrige o vale-alimentação com índice de dois dígitos.

Também em novembro foi assinado o ACT 2012-2013 com a Manobrasso, com data-base neste mesmo mês, cujo INPC que serve como índice foi superado pela reposição salarial conquistada. Ainda na Manobrasso o SINCOMAM conseguiu recompor o poder de compra do vale-alimentação através de reajuste de dois dígitos para o benefício.

Em outro acordo no segmento de apoio portuário, foi firmado com a Guinmar em novembro o aditivo salarial previsto para atualizar o ACT 2011-2013, recuperando, com base no INPC, as perdas da remuneração praticada pelo topo do mercado e reajustando o vale-alimentação em bases dentro da lei.

ACTs no apoio marítimo

SINCOMAM recupera terreno em acordo com Abeam

O ACT 2012-2014 da Associação Brasileira das Empresas de Apoio Marítimo, firmado em janeiro de 2013, tem um especial significado, além do fato de ter sido o primeiro acordo do ano fechado com um grande empregador.

Reunindo mais de 30 empresas, a Abeam aceitou propostas avançadas do SINCOMAM. O reajuste salarial projetado supera o INPC da data-base, fevereiro, para o período de vigência (2012-2014). Mais do que isso, o acordo garante ganho no abono pecuniário, conforme cláusula prevendo que esse reajuste passa a ser feito sobre a remuneração e não mais apenas sobre a soldada-base.

Outro avanço no ACT entre o SINCOMAM e a Abeam é a valorização do vale-alimentação. O benefício, que estava abaixo da média do mercado, começou a ser corrigido no acordo vigente, com reajustes consistentes programados para os dois anos do período abrangido pelo ACT. >>>

O assessor jurídico da Brasimar (CE), Fábio Ribeiro, firma o ACT 2012-2014 com coordenadora do Depto. Jurídico do SINCOMAM, Ana Cristina Baptista

Sindicalização: assembleias do SINCOMAM pelo Nordeste, como esta da foto, no Maranhão, vão ganhando regularidade

Nordeste em processo de sindicalização

SINCOMAM faz acordos no Ceará, Maranhão e um inédito no Rio Grande do Norte

Neste início de 2013, o SINCOMAM consolidou-se ainda mais na representação sindical de categorias na região Nordeste.

No Maranhão, o Sindicato assinou em dezembro com a Tug Brasil regional (MA) o ACT 2012-2014. CDMs locais garantiram, numa área de tradição sindical ainda incipiente, um acordo profissional de ponta, com ganho real. O documento prevê reposição salarial acima do INPC da data-base, fevereiro, e projeta reavaliar a remuneração na metade da vigência do acordo. O ganho real obtido sai em duas parcelas: uma em fevereiro de 2013 e outra em julho próximo. O ACT com a Tug Brasil (MA) garante vantagens também na cláusula do vale-alimentação, com reajuste acima do INPC da data-base. Para o período 2013-2014, ficou acordado um duplo reajuste no valor do benefício, ambos com índice de dois dígitos.

Também no Maranhão, o Sindicato assinou com a Empresa Maranhense de Administração Portuária (Emap) o Acordo Coletivo de Trabalho dos agentes administrativos da Maxtec, empresa que presta serviço terceirizado à Emap. Esses profissionais passaram a ser representados pelo SINCOMAM recentemente.

Outro acordo, este inédito, e também no Nordeste, foi firmado em dezembro com a Saveiros Camuyrano do Rio Grande do Norte. Neste primeiro ACT fechado após rápida negociação e sem entraves, com vigência para o período 2012-2014, ficou acordado que as duas partes em breve se sentarão novamente à mesa para uma reavaliação salarial.

No Ceará, a Brasimar, empresa de apoio marítimo concentrada naquele Estado, firmou em março com o SINCOMAM o ACT 2012-2014. O acordo, cuja data-base é julho, garante reposição de dois dígitos para salários e vale-alimentação e começa a realinhar os CDMs às melhores condições do mercado.

PETROBRAS E TRANSPETRO

Firmados aditivo salarial e PLR

Em novembro, o SINCOMAM firmou com as duas estatais um aditivo de revisão salarial, pelo INPC daquele mês de data-base, como previsto no ACT 2012-2013.

Em março, essas empresas e o Sindicato acertaram os termos da PLR, em condições mais conservadoras que as anteriores .

Longo curso e cabotagem

ACTs de negociações difíceis e ganhos suados

Num acordo que pode ser considerado como conservador, mas de perspectivas favoráveis, foi firmado em janeiro o ACT 2012-2013 com a Libra.

A cláusula salarial repõe perdas balizadas pela data-base, em abril, mas garante aplicação de índices maiores para desembarcados, que, nessa condição, tinham queda na remuneração. O SINCOMAM encaminhou o fim dessa diferença para as próximas negociações, visando instituir isonomia salarial para a categoria na empresa.

Outro avanço na Libra é a aplicação de um índice de dois dígitos no reajuste do vale-alimentação, dando início ao alinhamento do benefício aos valores do mercado.

Com a Log In, o SINCOMAM assinou em janeiro um aditivo ao ACT 2011-2012. O termo de ajuste teve a finalidade de atender proposta da empresa em mudar a data-base de outubro para maio. Garantimos, porém, as reposições na lacuna de tempo que compreende a mudança. Com isso, o aditivo referente ao período prevê reajuste correspondente às perdas de outubro de 2012 a abril de 2013 e contempla ainda uma atualização no valor do vale-alimentação.

Amarradores RJ: 1º ACT

O SINCOMAM assinou em março o primeiro Acordo Coletivo de Trabalho dos amarradores portuários da Transeaport, empresa do RJ. Os trabalhadores se reuniram no auditório do Sindicato para debater as cláusulas do documento.

Amarradores da Transeaport no auditório do SINCOMAM debateram cláusulas do 1º ACT com orientação dos diretores do Sindicato Jorge Pacheco e Nilton Mascarenhas (na mesa)

PRETO NO BRANCO

Petrobras no olho do furacão com produção em baixa

Divulgação

Gabrielli transmite cargo a Maria das Graças Foster

Orgulho de nove entre dez brasileiros, a Petrobras atravessa um momento delicado com a queda na produção de petróleo. Para os marítimos, que tripulam a frota de apoio em constante expansão nas águas territoriais brasileiras, o assunto é primordial porque mexe no mercado de trabalho.

O início do período de turbulência coincide com a troca no comando da estatal, em 2012, quando a funcionária de carreira Maria das Graças Foster substituiu na presidência o economista José Sérgio Gabrielli, que estava no cargo desde 2005.

A queda na produção acendeu a luz amarela dentro do próprio governo. A Agência Nacional do Petróleo exigiu um novo plano de desenvolvimento de produção, e a diretora-geral do órgão, Magda Chambriard, chegou a afirmar que a Petrobras precisava fazer um "esforço adicional" para novas perfurações.

Numa nova cartada, a presidenta Dilma Rousseff autorizou para maio a próxima rodada de licitação de blocos de exploração. >>>

Petroleiras estão em baixa

Petrobras e OGX, de Eike Batista, perdem valor

A queda na produção levou a Petrobras a perder a liderança na lista das empresas mais valorizadas da América Latina em 2012. A estatal brasileira perdeu R$ 36,7 bilhões e agora ocupa a terceira posição do ranking. Outra brasileira do segmento petroleiro que também se desvalorizou (R$ 29,8 bilhões) foi a OGX, do empresário Eike Batista.

EMPRESAS DE MAIOR VALOR NA AL (2012)

1 - Ambev (Brasil)
2 - Ecopetrol (Colômbia)
3 - Petrobras (Brasil)
4 - Vale (Brasil)
5 - American Movil (México)
6 - Itaú Unibanco (Brasil)
7 - Bradesco (Brasil)
8 - Wal Mart (México)
9 - Banco do Brasil
10 - Femsa/Coca-Cola (México)

Fonte: Economática Consultoria

Sudeste traria petróleo rápido

Descoberta de novos poços no RJ, SP e ES marca início de 2013

A Petrobras se defende e argumenta que a queda de produção deve-se, entre outros fatores, à manutenção inadequada de plataformas.

A expectativa é de que, com a entrada em operação de novos equipamentos na camada pré-sal da Bacia de Santos (litoral de São Paulo a Santa Catarina) e com a recuperação dos poços maduros, a produção de petróleo volte a crescer ao final dos próximos três anos.

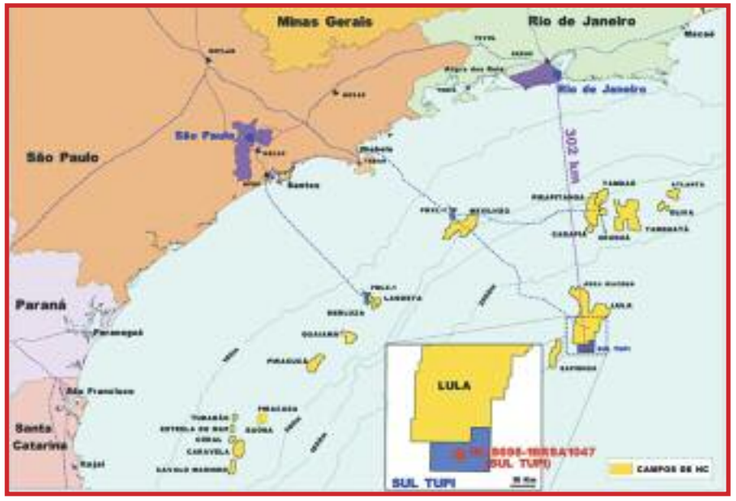
Acelerar é preciso

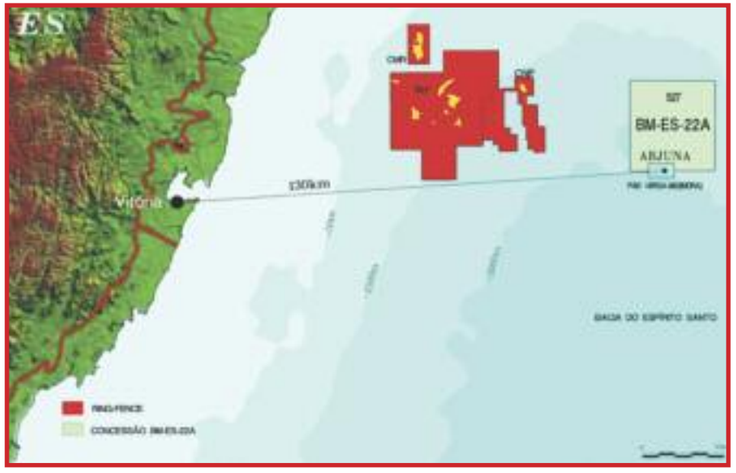
Não é à toa que a estatal acelerou o operacional no fim de 2012. Logo no início de 2013 foram vários anúncios de novos poços e confirmações de outros, ao mesmo tempo em que plataformas e sondas entravam em operação.

No dia 3 de janeiro, a Petrobras informava a descoberta de uma acumulação de petróleo em reservatório do pós-sal em águas ultraprofundas da Bacia de Campos-RJ. O poço está localizado a cerca de 126 km da costa fluminense, em profundidade d'água de 1.874 m.

Em 8 de janeiro, outro anúncio, desta vez dando conta do petróleo de "excelente qualidade" encontrado no pré-sal da Bacia de Santos-SP, a uma profundidade de 2.188 metros e a uma distância de 302 km da costa.

No dia seguinte, 9 de janeiro, mais um informe, agora no litoral capixaba, de petróleo leve e gás detectados em reservatórios arenosos no pós-sal da Bacia do Espírito Santo, situado a cerca de 130 quilômetros da margem continental e numa profundidade d'água de 2.143 metros.





Aposta no Norte e Nordeste

Governo autoriza exploração em áreas sem tradição

FOTO ANTONIO CRUZ -ABR

Foster: Petrobras procura e é procurada

A pressa pela retomada na produção de petróleo levou o governo a autorizar a 11ª rodada de licitação de blocos exploratórios. O último leilão havia sido feito em 2008.

A próxima licitação, prevista para maio, prevê que a maioria das áreas ofertadas fica entre o Rio Grande do Norte e o Amapá. São 289 blocos, em terra e no mar.

A diretora-geral da Agência Nacional de Petróleo, Magda Chambriard, explicou que a intenção é descentralizar a exploração. Segundo ela, o Norte e o Nordeste têm grande potencial, mas são regiões muito pouco contempladas.

Nos dias que se seguiram ao anúncio oficial da 11ª rodada, a expectativa geral passou a ser em torno do interesse de empresas e consórcios candidatos. A presidenta da Petrobras, Maria das Graças Foster, disse que a empresa está procurando e sendo procurada por eventuais parceiras.

Uma delas é a Barra Energia, fundada por ex-funcionários da Petrobras e da Repsol e que tem sociedade com a Shell no pré-sal de Santos e também com a OGX de Eike Batista na mesma bacia. O presidente da empresa, Renato Bertani, disse que pretende apostar nas áreas da margem equatorial – Foz do Amazonas, Pará-Maranhão, Ceará e Barreirinhas, na divisa entre Maranhão e Piauí.

– Vamos olhar essa região com mais atenção, porque é pouquíssimo explorada no Brasil, principalmente em áreas profundas. Vamos participar, com certeza – afirmou Bertani, revelando que já costurava parcerias para o leilão.

Bertani, da Barra Energia: interesse concreto

PROVA DE FOGO

Governo enfrenta reações ao lançar pacote portuário

A série de medidas anunciadas em dezembro pelo governo, com a Medida Provisória (MP) 595, para modernizar o setor portuário prevê investimentos de R$ 54 bilhões. A meta é grandiosa, e pressupõe uma revolução no segmento diante da intenção de injetar até 2015, um mar de dinheiro: R$ 31 bilhões diretamente nos terminais e R$ 3,8 bilhões em dragagem.

A iniciativa, no entanto, gerou reações a partir de fevereiro. Empresários se mostraram divididos, e os trabalhadores, em protesto, invadiram um navio chinês no Porto de Santos-SP e, liderados por sindicatos, 30 mil profissionais cruzaram os braços paralisando terminais de nove estados.

O governo, afirmando que o propósito é dar competitividade ao setor portuário brasileiro e garantindo que a MP não altera os direitos trabalhistas, negociou a liberação do navio e o fim da primeira greve. Uma nova paralisação foi descartada em março, quando os sindicalistas obtiveram a promessa de eliminação de mão de obra temporária, renda mínima nos períodos de baixa movimentação e aposentadoria especial para os portuários.

PRINCIPAIS MUDANÇAS

1. Portos privados
Todos os Terminais de Uso Privativo (TUP) podem operar qualquer tipo de carga, sem qualquer restrição.

2. Novos portos
Só serão concedidas novas autorizações se estiverem regulamentadas. Antes, se não houvesse entraves ambientais, o governo não podia negar autorização para um porto.

3. Concessões
Concessão de cinco portos públicos, sendo três novos (Manaus-AM, Ilhéus-BA e Vitória-ES) e dois já existentes (Imbituba-SC e Ilhéus-BA).

4. Terminais em portos públicos
Vão ser licitados por um critério que vai ponderar a menor tarifa com a maior movimentação de carga.

5. Desburocratização
Criado o Conaporto, que reunirá num só local Polícia, Receita, Anvisa e todos os agentes públicos envolvidos com os portos.

6. Dragagem
Os portos públicos terão um sistema de dragagem centralizado com prazo de 10 anos.

7. Práticos
Haverá ampliação do número de desses profissionais marítimos, e o trabalho será desburocratizado para reduzir o custo.

8. Reorganização
A Antaq e os portos fluviais passam para a Secretaria de Portos.

Desconfiança

Enxurrada de emendas e empresários divididos

Além do protesto de trabalhadores, a reforma portuária repercute no Congresso, com mais de 600 emendas à MP 595. O empresariado está dividido. O presidente da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base, Paulo Godoy, afirmou em nota que as medidas irão gerar "grande interesse da iniciativa privada". A Abdib elogiou especificamente o fim da diferenciação entre carga própria e carga de terceiros. O presidente da Associação Brasileira de Terminais Portuários, Wilen Manteli, viu indefinições na proposta e lamentou que o governo tenha evitado mexer nas companhias Docas, mas admitiu que "o pacote vai na direção certa de trazer competitividade".

Já a Confederação Nacional dos Transportes preferiu esperar para se posicionar. Um diretor da entidade deu a dimensão do momento portuário ao lembrar que o custo médio de movimentação de um contêiner é de US$ 200 no Brasil, US$ 110 nos principais portos europeus e US$ 75 nos asiáticos. Coincidentemente, em dezembro, na ocasião em que o pacote era anunciado, a CNT divulgava resultado de pesquisa feita em 15 Estados, junto a 212 agentes marítimos. A conclusão: os principais portos brasileiros têm excesso de impostos, de tarifas e de burocracia, além de elevado custo de mão de obra e deficiências nos acessos terrestres.

PORTOS NO ALVO DA MP 595

SUDESTE
Espírito Santo
Rio de Janeiro
Itaguaí
Santos

NORDESTE
Cabedelo
Itaqui
Pecém
Suape
Aratu
Porto Sul/Ilhéus

NORTE
Porto Velho
Santana
Manaus/Itacoatiara
Santarém
Vila do Conde
Belém/Miramar/Outeiro

SUL
Porto Alegre
Paranaguá/Antonina
São Francisco do Sul
Itajaí/Imbituba
Rio Grande

SINCOMAM filia mais um sindicato à CSB

Soldadores do RJ se unem à Central que mais cresce no Brasil

Os presidentes do SINCOMAM, Alcir Albernoz, e do Sindicato dos Trabalhadores em Serviços de Solda do Estado do Rio de Janeiro, Jorge Felipe dos Santos, consolidaram a filiação desta entidade à Central dos Sindicatos Brasileiros.

Albernoz, também um dos vice-presidentes da CSB, recebeu Santos nas dependências do SINCOMAM, onde firmaram documento de adesão. A Central dos Sindicatos Brasileiros apresentou em 2012 um crescimento vertiginoso, com mais de 400 entidades filiadas.

Santos e Albernoz selam filiação na sede do SINCOMAM

CSB luta por pauta trabalhista no DF

SINCOMAM teve diretores na delegação da Central Sindical

A Campanha Nacional pela Ampliação dos Direitos Trabalhistas, promovida pela Central dos Sindicatos Brasileiros foi deflagrada no fim de fevereiro, em Brasília, mobilizando dirigentes e representantes de vários sindicatos filiados à entidade.

O SINCOMAM, com os diretores Helio Costa e Antonio do Carmo, integrou a delegação da CSB. Entre as bandeiras de luta da Central estão a jornada de trabalho para 40 horas semanais, o fim do fator previdenciário, a consolidação dos direitos dos trabalhadores e a melhoria na distribuição da renda.

Em três dias na capital, a CSB cumpriu agenda com diversas autoridades, entre as quais o presidente do Senado e do Congresso Nacional, Renan Calheiros, o vice-presidente da República, Michel Temer, além de dezenas de parlamentares e lideranças partidárias.

A convite de Temer, Neto participou de um jantar no Palácio do Jaburu, residência oficial do vice-presidente da República, onde teve contato com a presidenta Dilma Rousseff e demais integrantes do governo.

Helio Costa e Antonio do Carmo (atrás à direita); o SINCOMAM na delegação da CSB

RESGATE ESPETACULAR

Manobra para retirada do Costa Concordia de rochedo fatal vai custar fortuna de € 300 milhões

O navio de cruzeiro Costa Concordia, que naufragou parcialmente em janeiro de 2012 no litoral italiano, tinha uma data para ser retirado do rochedo onde encalhou: o próximo 28 de maio.

O dia D ainda está marcado em destaque no calendário de um quarto de hotel onde se hospeda a equipe de cerca de 100 engenheiros, 24 mergulhadores e uma centena de outros especialistas encarregada de fazer o transatlântico voltar a flutuar. Cálculos recentes, porém, agora dizem que o prazo é setembro próximo. A missão foi descrita pela revista semanal Der Spiegel, a principal da Alemanha, como "a operação de resgate mais espetacular da história da navegação". >>>

Operação ousada

Chefe da equipe descreve o plano

Sloane lidera equipe de mais de 200 profissionais

O líder da manobra ousada de desemborcar o colosso de 290 metros de cumprimento, 36 de largura e deslocamento de 50.000 toneladas é o sul-africano Nicholas Sloane, de 51 anos. Formado em Ciências Náuticas, ele poderia comandar um superpetroleiro ou um navio de luxo semelhante ao Costa Concordia.

Em entrevista à Der Spiegel, o chefe da equipe disse que nunca se interessou em capitanear uma embarcação. Quis o destino que ele se tornasse um especialista em missões quase impossíveis, como içar petroleiros afundados, cortar navios debaixo d'água ou fazer implosões náuticas similares às que se fazem de edifícios terrestres. Nenhuma dessas opções acabou escolhida. Venceu a mais cara.

O plano é girar o Costa Concordia numa manobra de rolamento com auxílio de grandes caixas de aço vedadas de 33 metros fixadas a boreste, que funcionariam como boias, e reposicioná-lo. De uma plataforma afixada no assoalho marinho, 36 cabos de aço, cada um com a grossura de um poste, vão se estender até o limite superior das boias improvisadas e serão usados para mover o navio até o ponto mais próximo de uma posição normal.

Se tudo correr bem – e não há essa certeza entre os experientes profissionais do time escolhido para a missão –, começará a fase final, em que o gigante alquebrado – porém, tomara, inteiro – será conduzido provavelmente ao Porto de Palermo para ser desmantelado.

Esperançoso, o chefe Nicholas Sloane se permite imaginar como será a última viagem do colosso:

– A capacidade das boias não será suficiente para erguer o Costa Concordia mais alto do que a linha do mar. O navio terá uma parte mergulhada de 18 metros, em vez dos costumeiros 8,2 metros. Em sua última viagem, o gigante vai parecer um barquinho de pesca fugindo da cena de muletas. Com uma velocidade de 2 nós, será tão lento quanto um pedestre – antecipa.

MEMÓRIA

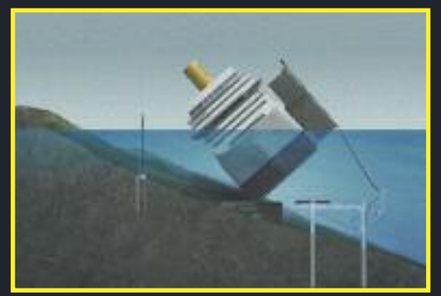
Resumo do acidente

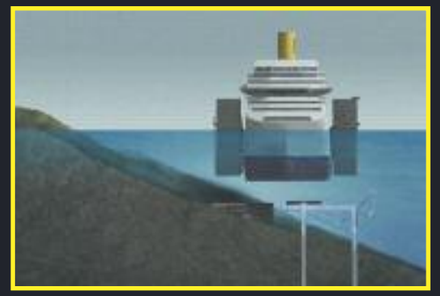
O Costa Concordia fazia um cruzeiro com mais de 4.200 pessoas quando bateu em uma rocha submersa próxima à ilha italiana de Giglio, na noite do dia 13 de janeiro de 2012. A colisão abriu um grande rasgo no casco do navio, que adernou. Mergulhadores encontraram 30 corpos submersos. Duas pessoas desaparecidas foram consideradas mortas. Havia 53 brasileiros a bordo – 47 passageiros e seis tripulantes, todos salvos.

O capitão Francesco Schettino, comandante do transatlântico, é acusado de manobra imprudente e também por abandonar a embarcação, deixando tripulação e passageiros para trás. A justiça decretou a prisão domiciliar dele até o julgamento

O plano, na prática

Passo a passo, como será o resgate do Costa Concordia





Aposta alta

Quase R$ 1 bi para salvar imagem de um bom negócio

A decisão de tentar rebocar o Costa Concordia para o continente e desmantelá-lo foi a alternativa mais dispendiosa. No entanto, ao fazer a escolha, a empresa italiana Costa Crociere – dona do navio – considerou que o futuro dela e do segmento de viagens de lazer está em jogo. Reconquistar a confiança do público tem um preço: € 300 milhões, o equivalente a R$ 800 milhões.

Um ano depois

Sobreviventes e parentes dos mortos rezam

Sobreviventes e parentes de 32 pessoas que morreram a bordo na tragédia retornaram à ilha de Giglio em 13 de janeiro último – um ano após o naufrágio.

Eles jogaram flores no mar e assistiram a um guindaste levar até a água parte de uma rocha que foi retirada do casco e transformada em memorial esculpido, adornado com uma placa. O barco soou a buzina 32 vezes para lembrar o número de mortos. A multidão fez um minuto de silêncio e um padre católico rezou uma missa.

Um julgamento esperado

Comandante do Costa Concordia perante a Justiça

O capitão Francesco Schettino (centro) no primeiro depoimento em um tribunal

O capitão Francesco Schettino, principal réu da tragédia, responde judicialmente por manobra imprudente, abandono de navio e homicídio culposo.

Sob prisão domiciliar desde que foi detido dias após o acidente, Schettino compareceu pela primeira vez a um tribunal em outubro. Admitindo ter cometido erros, ele disse em juízo que não foi o único culpado.

Seja como for, o ano de 2012 terminou mal para Schettino. Em dezembro, os procuradores do caso entregaram o processo concluído à Justiça. A peça contém nada menos do que 50 mil páginas, incluindo testemunhos, relatórios e a famosa gravação telefônica em que a guarda costeira italiana ordena ao capitão regressar ao navio.

A julgar pelo humor prévio da promotoria, Francesco Schettino precisará de uma boa defesa. Se depender do procurador-geral, o comandante do Costa Concordia deve pegar até 20 anos de reclusão

Energia renovada do mar

Ibama prorroga licença da usina de ondas de Pecém-CE

FOTOS: DIVULGAÇÃO

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) renovou até 2020 a licença de operação para a usina de ondas do Pecém, em Fortaleza-CE.

Idealizado pelo Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia (Coppe), da UFRJ, o equipamento opera desde junho de 2012. O sistema produz 50 kilowatts de energia, graças aos braços mecânicos do conjunto instalado no píer do Porto de Pecém. As grandes bóias fixadas nas extremidades sobem e descem conforme a batida das ondas. O movimento aciona bombas hidráulicas e joga pressão em um acumulador de água e ar comprimido, gerando energia.

Esta nova alternativa, pioneira na América Latina, já existe na Holanda, Portugal, Japão e Reino Unido, mas os 8 mil quilômetros do litoral brasileiro abrem espaço para instalação de várias unidades. Um eventual aproveitamento pleno da costa, com várias usinas, geraria 87 gigawatts, ou 17% da capacidade total instalada no país.

O projeto-piloto tem um custo de R$ 14 milhões, financiados por uma empresa privada e apoio do governo do Ceará.

Paranaguá-PR pronto para aumento da safra recorde de grãos

A Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina anunciou em janeiro medidas para atender movimentação jamais vista no complexo portuário do Paraná.

O ano de 2012 já havia registrado o maior volume de cargas da história portuária de Paranaguá, com 44 milhões de toneladas, 8% a mais que em 2011, num aumento puxado pelo milho e açúcar.

Em 2013, quando, segundo previsões, haverá um novo recorde na safra de grãos, a líder de embarques seria de novo a soja.

– O atual cenário é positivo para a soja. Os baixos estoques mundiais garantem preços firmes no médio prazo – previu o agrônomo Marcelo Garrido Moreira, da Secretaria estadual de Agricultura e Abastecimento do Paraná.

DIVULGAÇÃO

ACERTO DE CONTAS

Começam a ser pagas indenizações por desastres ambientais marítimos >>>

Foto Rogério Santana - Governo RJ

Chevron sob o rigor brasileiro

Petroleira dos EUA oferece R$ 300 milhões para encerrar processo

Principal responsável pelo derramamento de quase 4 mil litros de petróleo no final de 2011 em Campos-RJ, a gigante petroleira norte-americana Chevron terminou o ano de 2012 oferecendo mais dinheiro para encerrar o maior processo ambiental da Justiça brasileira.

Em meados de dezembro último, começava a circular a notícia de que a empresa, após pagar R$ 35 milhões de multa imposta pela Agência Nacional do Petróleo, estaria disposta a desembolsar R$ 300 milhões para extinguir o caso.

O rigor brasileiro parece ter assustado tanto a Chevron, segunda maior empresa de petróleo dos EUA, quanto a parceira suíça Transocean, dona das sondas usadas em contratos de exploração com a Petrobras no litoral fluminense.

A situação apertou de vez para os acusados depois que a Justiça determinou, em março, a suspensão temporária nas atividades das duas empresas em Campos-RJ. Para piorar a situação, outra ordem judicial mandou apreender os passaportes de dezenas de executivos e técnicos estrangeiros arrolados no processo. Era apenas o começo.

Em setembro, a Chevron pagou a multa de R$ 35 milhões fixada pela ANP, e, em novembro, a Justiça levantava a proibição operacional determinada em março. Mas ainda havia cobranças judiciais pendentes: o Ministério Público não podia ser esquecido.

A promotoria pública, silenciosa, mas obstinada, desde o início se impôs. Com a lei debaixo do braço, ela tratou de exigir o máximo em punição. Imbuídos da função de agentes públicos da defesa constitucional, os promotores de diversas instâncias defendem indenizações pesadíssimas. Somadas, elas representam compensações de cerca de R$ 40 bilhões para Chevron e Transocean.

Mesmo que a procuradora da República Gisele Porto, que cuida do caso, tenha classificado como "improvável" a chance de um juiz aceitar multas exorbitantes, a Chevron certamente calculou os riscos e acabou acenando com os R$ 300 milhões, uma conta menos salgada a pagar do que eventuais R$ 40 bilhões.

Em 4 meses, 2 'derrames' em Campos-RJ

Vazamentos seguidos condenaram empresa norte-americana

As contas a pagar da Chevron – segunda maior petroleira dos EUA – com o Brasil tiveram início em novembro de 2011, quando vazou óleo prospectado no Campo do Frade, poço de perfuração em alto-mar, localizado a 120 quilômetros da costa de Campos, município ao norte do litoral do Rio de Janeiro.

O acidente aconteceu com a plataforma Sedco 706, uma das dez sondas da suíça Transocean, ligada à Chevron nos contratos que a norte-americana mantém com a Petrobras. Pelos cálculos da empresa, escaparam 2,4 mil barris. Para a Agência Nacional do Petróleo (ANP), foram 3,7 mil.

Quatro meses depois, em abril de 2012, outro vazamento, de menor quantidade, ocorreu no Campo de Roncador, vizinho ao Campo de Frade, cujas causas entraram em investigação na ANP.

Divulgação

A sonda Sedco 706, causadora do acidente de novembro de 2011

Processos por desastres ambientais no mar criam jurisprudência no Brasil e no exterior

Divulgação

Indenização por Golfo do México: US$ 9,2 bi

As duas empresas acusadas pelo megadesastre no Golfo do México, em abril de 2010 – British Petroleum e Transocean –, se declararam culpadas e abriram os cofres para compensar o vazamento de quatro milhões de barris de óleo. Foi um dos piores desastres ecológicos dos Estados Unidos.

British Petroleum recua

Após um ano e onze meses do derramamento, a British Petroleum propôs em março de 2012 um acordo extra-judicial, para colocar um ponto final no processo a que responde. Naquela primeira proposta, a petroleira britânica se dizia disposta a pagar indenização de US$ 7,8 bilhões. Em dezembro de 2012, no entanto, a BP reduzia o valor do acordo para US$ 4,5 bilhões.

Antes disso, a empresa já havia desembolsado US$ 7,5 bilhões em despesas de limpeza e de compensação às vítimas. A companhia acredita ter encerrado o caso, mas pode não ser bem assim. Isso porque um juiz norte-americano afirmou ao Wall Street Journal que falta o julgamento para apurar a responsabilidade da petroleira britânica. O diário de Nova York havia estimado previamente que a British Petroleum teria que fazer um desembolso total de US$ 14 bilhões.

> Para se livrar de tribunais nos EUA, British Petroleum oferece US$ 7,8 bi e Transocean propõe US$ 1,4 bi

Transocean reconhece

Agora, em janeiro de 2013, outra empresa arrolada no vazamento do Golfo do México, a suíça Transocean – a mesma envolvida no derramamento em Campos-RJ – anunciou que concorda em pagar US$ 1,4 bilhão para encerrar o processo junto ao governo dos Estados Unidos.

A Transocean é parceira da BP e perfurava o Golfo a um quilômetro de profundidade quando um escapamento de gás metano provocou a explosão que matou 11 pessoas e milhares de animais, além de deixar sequelas ambientais.

> > >

Garantia de fuga

Estrangeiros agora fazem exigências para trabalhar no Brasil

A repercussão jurídica em torno do vazamento da Chevron em Campos, no final de 2011, deixou preocupados os profissionais imigrantes do segmento de petróleo e gás.

– Algumas empresas tiveram de fazer alterações em contratos de trabalho, oferecendo helicópteros e bilhetes de avião abertos para os seus trabalhadores poderem sair do país imediatamente se houver um acidente – admitiu o presidente do Instituto Brasileiro de Petróleo, João Carlos de Luca.

Segundo a agência de notícias Reuters, a declaração foi feita em dezembro, durante seminário promovido pela Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan) sobre riscos de investimento no país. Os estrangeiros ficaram assustados ao saber da possibilidade de profissionais da Chevron serem condenados a 30 anos de prisão, pela legislação brasileira.

Divulgação

De Luca, do IBP: estrangeiros temem rigor da lei no Brasil

Divulgação

Condenação gaúcha sai após 12 anos

Derramamento de ácido no porto de Rio Grande gera multa de R$ 20 milhões

A justiça brasileira levou 12 anos para confirmar a indenização a ser paga pelos responsáveis do vazamento de ácido sulfúrico ocorrido em 1998 no Rio Grande do Sul.

A sentença do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, em março de 2012, confirmou a decisão que havia condenado a Bunge Fertlizantes a pagar, juntamente com a Chemoil International e a Genesis Navigation, indenização de R$ 20 milhões pelo desastre provocado pelo navio M/T Bahamas no canal de acesso ao Porto de Rio Grande-RS.

O acidente ocorreu quando o cargueiro, de propriedade da armadora suíça Chemoil, atracou no Porto de Rio Grande carregando 22 mil toneladas de ácido sulfúrico, usado na fabricação de fertilizantes da Bunge. Por um problema de pressão nas bombas, o ácido vazou para o casco, abriu a carcaça e espalhou-se pelo canal. Além da poluição, houve prejuízo na atividade pesqueira da região.

Após ser condenada pela 1ª Vara Federal de Rio Grande ao pagamento imediato da sentença, sem a espera do trânsito em julgado da decisão, a Bunge Fertilizantes ajuizou recurso no tribunal pedindo a suspensão da determinação. A empresa alegou que não teria capacidade financeira para o pagamento.

O TRF da 4ª Região, entretanto, manteve a sentença segundo a qual, a empresa de fertilizantes não comprova a falta de condições financeiras para arcar com a pena. Um trecho da condenação salientou o faturamento da Bunge em 2009, que teria sido de R$ 27,2 bilhões.

O Tribunal indicou ainda que a condenação é solidária e que o valor de R$ 20 milhões deverá ser dividido entre as três acusadas. Foi mantida a determinação da sentença de pagamento imediato sob o entendimento de que não há risco de dano irreparável para as finanças da empresa.

SENTENÇAS PROVÁVEIS CONTRA POLUIDORES

DESASTRE	VAZAMENTO	INDENIZAÇÃO
Golfo do México (EUA)	4 milhões de barris óleo	US$ 9,2 bilhões
Poço do Frade (Campos-RJ)	4 mil litros óleo	R$ 300 milhões
Rio Grande (RS)	22 mil ton ácido	R$ 20 milhões
Niterói (RJ)	14 mil litros óleo	R$ 20 milhões

Fonte: agências de notícias

Divulgação

Estaleiro de Niterói na mira

Há oito anos Renave produziu vazamento e agora recebe cobrança de R$ 20 milhões

No Rio de Janeiro, um derramamento de óleo ocorrido em 2005 na Baía de Guanabara levou o estaleiro Renave aos tribunais cinco anos depois. A denúncia feita em 2010 pelo do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) se transformou em processo por iniciativa da Advocacia Geral da União (AGU). A indenização cobrada é de R$ 20 milhões.

Em fevereiro de 2012, a 5ª Vara Federal de Niterói atendeu a Advocacia Geral da União e determinou o bloqueio de valores da Renave neste valor. Com base em laudo do Ibama, a AGU argumentou que a empresa acusada levou onze horas para usar barreiras de contenção que poderiam evitar a amplitude do desastre, ocorrido quando uma embarcação colidiu contra um dique ao atracar, provocando o vazamento de 14 mil litros de óleo que atingiram algumas praias em Niterói.

O judiciário do mar

Como funciona a Corte que julga acidentes e fatos da navegação brasileira

O Tribunal Marítimo vai completar 80 anos de atividades em 2014. Instalado desde que foi criado na Praça XV de Novembro, região central histórica do Rio de Janeiro-RJ, o órgão centraliza processos administrativos específicos da navegação de todo o país.

O aumento da atividade marítima no Brasil quase dobrou o número de processos julgados pela Corte nos últimos cinco anos. As sessões plenárias, às

terças e quintas-feiras e franqueadas ao público, seguem porém quase no mesmo ritmo.

Apesar do aumento do serviço, o Tribunal Marítimo tem conseguido dar conta da demanda, diz o presidente da Corte, almirante Luiz Augusto Correia (foto à esquerda). A informatização e o apoio do Comando da Marinha garantem o bom andamento, acrescenta ele na entrevista a seguir, em que revela como funciona o judiciário do mar.

► O Sr. pode fazer uma abordagem sobre o surgimento do Tribunal Marítimo, sua missão e a área de atuação?

A criação do Tribunal Marítimo está ligada ao caso do vapor alemão Baden, que, no ano de 1930, deixou irregularmente o porto do Rio de Janeiro e foi metralhado, com feridos a bordo. Em face de se verificar uma lacuna em nosso país em relação à existência de um órgão com competência para o julgamento dos fatos e acidentes da navegação à época, este incidente foi julgado pelo Tribunal Marítimo da Alemanha. Em decorrência desse episódio, se impôs a necessidade de criarmos um Tribunal Marítimo, com jurisdição em todo o país, o que de fato ocorreu com o Decreto nº 24.585, de 5 de julho de 1934. O Tribunal Marítimo é um órgão autônomo, com jurisdição em todo território nacional, vinculado ao Poder Executivo, através do Ministério da Defesa, e que tem como atribuições julgar os acidentes e fatos da navegação marítima, fluvial e lacustre, bem como as questões relacionadas com a navegação, relativas ao registro geral de embarcações e armadores.

► Que resultados podem ser atribuídos ao Tribunal Marítimo?

O Tribunal Marítimo tem contribuído, decisivamente, para a segurança da navegação. Nosso propósito não se limita a meramente aplicar punições, mas sim estabelecer as circunstâncias relevantes de cada acidente, investigar os fatores desses sinistros, publicar suas causas e fazer recomendações apropriadas à Autoridade Marítima, com vistas a alterações preventivas às Normas que tratam da segurança da navegação, da preservação da vida humana e proteção do meio ambiente. O Tribunal Marítimo exerce jurisdição sobre toda e qualquer embarcação ou artefato flutuante de habitual locomoção em seu emprego. Esta jurisdição alcança também marítimos e fluviários, os quais exercem suas atividades profissionais a bordo das embarcações mercantes, ficando-lhes equiparados todos aqueles que, mesmo sem inscrição, habilitação ou matrícula, estejam trabalhando de fato em qualquer função do marítimo ou fluviário. Incluem-se neste contexto o pessoal da praticagem, os que trabalham em estaleiros, diques, carreiras e oficinas de construção ou reparo naval, o pessoal da administração dos portos, estivadores e arrumadores, pescadores, armadores, além dos condutores de moto aquática e demais embarcações de esporte e recreio.

► Qual é a formação dos juízes e qual o mandato deles?

O Tribunal Marítimo é composto por sete juízes. O juiz-presidente é um almirante do Corpo de Armada, nomeado pelo presidente da República. Compõem ainda essa estrutura dois juízes militares, sendo um oficial do Corpo da Armada e outro do Corpo de Engenheiros e Técnicos Navais, ambos na inatividade e nomeados por indicação do comandante da Marinha.

> > >

E temos também quatro juízes civis, todos nomeados mediante aprovação em concurso público. Dois deles são bacharéis em Direito, um especializado em Direito Marítimo e outro em Direito Internacional Público. Completam o quadro de juízes um especialista em Armação de Navios e em Navegação Comercial e um capitão de longo curso da Marinha Mercante. Sobre os mandatos, o juiz-presidente, que não é um cargo efetivo, tem mandato de dois anos, podendo ser reconduzido. Os juízes militares são regidos por mandato de quatro anos, podendo ser reconduzidos, e os juízes civis permanecem na função até atingirem a idade limite para permanência no serviço público.

► O recente aquecimento do tráfego marítimo permite imaginar o aumento correspondente de casos julgados pelo TM. Há como quantificar estatisticamente esse crescimento na Corte?

O incremento da navegação no país tem ocasionado um aumento das atividades do Tribunal Marítimo, tanto processuais, como de registro. Este aumento é consequência do momento ímpar na história do Brasil no que se refere ao setor marítimo. As recentes descobertas de reservas de petróleo no pré-sal brasileiro, a implantação do Programa Nacional de Dragagens do governo federal, o Programa de Modernização e Expansão da Frota, os incentivos do governo para a retomada do crescimento da indústria naval brasileira, entre outros fatores, têm provocado uma expansão da atividade marítima ao longo dos últimos anos. Esses acontecimentos impulsionaram um aumento significativo do número de embarcações operando em águas jurisdicionais brasileiras, acarretando, em consequência, uma elevação no número de acidentes e fatos da navegação, bem como de documentos de registro da propriedade marítima, Registro Especial Brasileiro (REB), registro de armadores e as mais diversas averbações em documentos relacionados às empresas de navegação e às embarcações. A demanda por esses documentos, que era de 1.449 em 2008, mais que dobrou para 2.913 em 2012. Neste mesmo período, o número de processos por acidente ou fato da navegação no Tribunal Marítimo subiu de 639 em 2008, para 1.110 ocorridos em 2012.

Como se forma um processo?

Quando a ocorrência de qualquer acidente ou fato da navegação chega ao conhecimento de um agente da Autoridade Marítima, seja a Capitania dos Portos, Delegacia ou Agência, é instaurado um Inquérito Administrativo sobre Acidentes e Fatos da Navegação, o IAFN. Após o cumprimento dos preceitos legalmente previstos, os IAFNs são encaminhados ao Tribunal Marítimo onde são autuados e distribuídos como processos, seguindo o trâmite estabelecido no rito processual, contido na Lei nº 2.180/54, Lei Orgânica do Tribunal Marítimo. Em cada processo são designados o juiz relator e o juiz revisor. Os processos distribuídos para os juízes com formação técnica sempre têm como revisores juízes com formação em Direito, e vice-versa. Cabe ao relator dirigir o processo e orientá-lo de forma a assegurar o rápido andamento sem prejuízo da ampla defesa e do contraditório. Após a autuação e distribuição, o juiz relator designado dará vista dos autos à Procuradoria Especial da Marinha (PEM), para que esta ofereça representação ou se pronuncie sobre seu arquivamento. Recebida a representação pelo Tribunal, o relator do processo a fará prosseguir nos termos da Lei no 2.180/54.

► Como é o funcionamento padrão da sessão plenária?

A pauta de cada sessão contém processos, que ali constam, em uma das seguintes situações: para julgamento, propriamente dito, para arquivamento do inquérito e para o oferecimento de representação. O julgamento do processo obedece a normas formais, sendo iniciado pela leitura do relatório do juiz relator descrevendo o acidente, as apurações e as conclusões do encarregado do Inquérito, os termos da Representação e da Defesa, como também o conhecimento das preliminares e recursos, e a descrição das provas. Em seguida é dada a palavra às partes para sustentarem suas alegações finais. A palavra retorna então ao relator que apresenta suas conclusões finais e adianta sua decisão. A seguir tem início a discussão, sendo concedida a palavra ao juiz revisor e aos demais juízes, nesta ordem. Com perguntas, ponderações, objeções ou opiniões, enriquecem a discussão para a consolidação de seus julgamentos. Persistindo dúvidas, qualquer juiz poderá pedir vistas do processo até a sessão seguinte ou, excepcionalmente, por prazo mais longo. Encerrada a discussão, inicia-se a votação, começando pelo relator seguido pelo juiz que pediu vistas e o revisor. A seguir, pelos demais. Em caso de empate, o juiz-presidente intervirá de acordo com o seu convencimento. Cabe também ao juiz-presidente a coordenação das diversas fases do julgamento.

► Com isso, encerra-se o julgamento?

Sim. Depois, o relatório e a decisão vencedora serão publicados na forma de um Acórdão, sendo também divulgados os fundamentos dos votos vencidos, quando houver. A publicidade de todos os atos é dada por intermédio da publicação no Diário Oficial da União. Em casos mais simples, nos quais a Procuradoria Especial da Marinha requer o arquivamento, em relação ao qual tanto o juiz relator como o juiz revisor estão de acordo, um procedimento sumário é seguido, como previsto no Regimento Interno do Tribunal Marítimo, sendo a decisão publicada em ata, se aprovada pelo Colegiado.

Almirante Correia, presidente do Tribunal Marítimo

► Numa sessão assistida pela Revista SINCOMAM, foi possível observar que os processos apontam geralmente ocorrência de poluição marítima. Isso é recente? Por quê?

Aquela sessão plenária, por acaso, continha em sua pauta acidentes envolvendo esta ocorrência. O Tribunal Marítimo julga processos de acidentes e fatos que podem dar origem à poluição marítima. Porém, os acidentes e fatos da navegação são bem diversificados. São naufrágios, encalhes, colisões, abalroamentos, explosões, incêndios, alagamentos, arribada, atos ilícitos, mau aparelhamento, queda de carga n'água, entre outros fatos que prejudiquem ou ponham em risco a incolumidade e segurança da embarcação, as vidas e fazendas de bordo. Todos, devidamente tipificados na Lei nº 2.180/54.

► As decisões do TM são soberanas ou há brecha para recursos em instâncias como o STF, por exemplo?

As decisões do Tribunal Marítimo admitem três tipos de recursos. Um deles é o embargo infringente, quando a decisão não for unânime, baseado no voto vencido ou quando versar sobre matéria nova calcando-se em prova posterior ao encerramento da instrução. Outro recurso admitido é o embargo de nulidade, quando algum procedimento formal exigido em lei deixar de ser seguido. O terceiro é o embargo de declaração, quando a decisão do Tribunal apresentar ambiguidade, obscuridade, contradição ou omissão. Já dos despachos e decisões dos juízes cabem agravos que serão julgados pelo Tribunal, com efeito suspensivo apenas em relação ao ponto agravado. As decisões do Tribunal Marítimo, quanto à matéria técnica referente aos acidentes e fatos de navegação, têm valor probatório e se presumem certas, sendo porém suscetíveis de reexame pelo Poder Judiciário.

► O Sr. considera que diante desse incremento da navegação no Brasil, e pela extensão de cursos navegáveis do país, o TM precisa se readequar à nova realidade?

O Tribunal Marítimo está atento a esta nova realidade. A fim de atender de forma satisfatória a esta crescente demanda, vem buscando alternativas e adequando sua estrutura organizacional. Uma das ações empreendidas, de fundamental importância, tem sido sem sobra de dúvidas a informatização desta Corte. As mudanças ocorridas no mundo e em nossa sociedade apresentaram ao Tribunal Marítimo esta necessidade. A revolução tecnológica propiciou recursos que possibilitaram o aumento da velocidade com que recebemos e transmitimos as informações no mundo globalizado. Este natural processo de mudanças obriga as organizações públicas e privadas a adequarem-se. Atento à atual conjuntura digital, o TM vem implantando importantes modernizações em seus sistemas jurídico e de registro, proporcionando uma maior agilidade no trâmite dos processos, bem como a rápida disponibilização das informações aos setores externos envolvidos com as atividades do Tribunal. Por outro lado, o Tribunal Marítimo, com seu vínculo à Marinha do Brasil, tem recebido um apoio imprescindível ao cumprimento de suas atribuições. Isto aumentou nossa capacidade de trabalho, além de permitir obras que possibilitaram o reordenamento de diversos setores, para melhor atender à crescente demanda de serviços. Possibilitou ainda diversas melhorias em nossas instalações, que propiciaram um elevado nível de conforto ao pessoal do Tribunal, refletindo em uma maior satisfação, e, consequentemente, melhoria de produtividade. Estaremos sempre prontos para acompanhar esta evolução, para melhor atender ao Poder Marítimo e à Sociedade Brasileira, na Amazônia Azul, em nossas águas fluviais e lacustres, ou onde se fizer necessário.

CONVÊNIOS SINCOMAM

RIO DE JANEIRO

ACADEMIAS

▶**Exercity** - 20% de desconto. Tel: (21) 2283-5323.

▶**Ginasticlube** - 20% de desconto. Tel: (21) 2252-0192. Site: www.ginasticlube.com.br.

AUTO-ESCOLAS

▶**Family** - 15% no pagamento à vista e de 10% de desconto em pagamentos parcelados. Tel: (21) 2524-4774.
Site: www.autoescolafamily.com.br.

COLÉGIOS

▶**Castelo Branco** – 15% de desconto. Tel: (21) 3216-7700. Site: www.castelobranco.br.

▶**Colégio Técnico Nossa Senhora das Graças** - 3,5% de desconto em todos os cursos. Tel: (21) 2260-6088.

▶**Escola Técnica Electra** - 12% a 28 % de desconto nos Cursos Técnicos e 20% nos ▶**Cursos Profissionalizantes e de Especialização**. Unidades: Maracanã Telefone (21) 2158-1899 / Centro (21) 2518-3344 / Madureira (21) 3833-7180 / Alcântara (21) 3712-0016 / Campo Grande (21) 2413-1274.
Site: www.escolaelectra.com.br.

▶**Ícaro** – Desconto de até 18%. Tel: (21) 2447-4439 / 2254-9994.
Site: www.colegioicaro.com.br.

▶**Intellectus** – Descontos de 10% de desconto nas mensalidades do Colégio e 20% de desconto nas mensalidades do Curso pré-vestibular, além de mais 10% sempre que o pagamento das mensalidades for efetuado até o dia 05 de cada mês. Telefone Vila Isabel: (21) 2570-1249 / Telefone Meier: (21) 2229-9250 / Telefone Tijuca: (21) 2570-5761 / Telefone Freguesia: (21) 2456-6005.
Site: www.cursointellectus.com.br.

▶**Liceu de Artes e Ofícios** – 40% a 50% de desconto nos Cursos de Educação Infantil, Curso de Alfabetização, Ensino Integral (do maternal à 4ª série do ensino fundamental), Ensino Fundamental, Ensino Médio, Ensino Médio Técnico: Publicidade ou Informática.
Tel: (21) 2277-7600.
Site: www.liceudearteseoficios.com.br.

▶**Rezende Rammel** – 15% de desconto. Telefone (21) 2597-1247. Site: www.etrr.com.br,

Rio Petro – 60% de desconto. Tel: (22) 2764-3639 / 2771-0837. Site: www.riopetro.com.br.

▶**Colégio Realengo** – Desconto nos cursos de Creche até Pós-Médio. Telefone: (21) 3159-1249. Site: www.colegiorealengo.com.br.

▶**Cetec-Lagos** – 15% de desconto nos cursos de nível técnico e curso de NR10. Telefone (22) 2630-4460. Site: www.cetec-lagos.com.br.

▶**CETEF** – 30% de desconto nos cursos técnicos e 20% de desconto nos cursos profissionalizantes. Tel.: (21) 2606-2308 / (21) 3707-6668.

CURSOS DE IDIOMAS

▶**Acemakers Idiomas** – 30% de desconto. Tel.: (21) 2233-7857.

▶**Feedback** - 20% de desconto nas parcelas posteriores a 1º sobre os valores de tabela plena para grupo com carga horária de até 26h mensais. 0,5% de desconto na aquisição de 25h / aulas individuais, dupla ou trio. Telefones (21) 2516-2350 ou 2553-1014 ou 3351-2257.
Site: www.cursofeedback.com.br.

▶**Fisk** - 20% nas turmas regulares; 10% nas turmas promocionais. Telefone (21) 2412-2387.
Site: www.fisk.com.br.

▶**SKILL- RJ** – 15% de desconto nas unidades. Tel: (21) 2224-1000 / 2221-7868.
Site: www.skill.com.br.

CURSOS DE INFORMÁTICA

▶**JFW** – 10% de desconto. Tel: (21) 2702-6969 / 3408-9100/ 2672-9071/ 2488-9100.
Site: www.jfw.com.br.

▶**Microlins** – No Centro: 50% de desconto na matrícula e 40% de desconto na mensalidade. Tel: (21) 2220-0770. Unidades: Caxias, Bonsucesso, Madureira e São Gonçalo, desconto de 36,37%. Itaboraí: 35%. Tel: (21) 2635-3000. Cabo-Frio: 50% . Tel: (22) 2643-0235. Itaguai: 40% de desconto (21) 2687-7659.
Site: www.microlins.com.br.

FACULDADES

▶**Abeu** – Abatimento nas mensalidades da educação infantil aos cursos de graduação e 10% (dez por cento) nos cursos de pós-graduação. Tel: (21) 2104-0450. Site: http://www.uniabeu.edu.br.

▶**Candido Mendes** - 30% de desconto nos cursos de Direito e Administração, e 20% nos cursos sequenciais. Site: www.ucam.edu.br.

▶**Castelo Branco** - Desconto a partir de 20%. Tel: (21)3216-7700. Site: www.castelobranco.br.

▶**Celso Lisboa** - 20% de desconto nos cursos de graduação, Licenciaturas e superiores profissionais de Tecnologia. Tel: (21) 3288-4722.
Site: www.celsolisboa.com.br.

▶**Estácio de Sá** – Desconto de até 50% dependendo do curso, campus e turno. Tel: (21) 3231-0000/ 0800-282-3231.
Site: www.estacio.br.

▶**Gama Filho** – 25% de desconto nos cursos de Graduação e 15% nos cursos de extensão e de pós-graduação. Tel: 0800 606 9999.
Site: www.ugf.br.

▶**Instituto a Vez do Mestre** – 10% de desconto para os cursos de graduação e pós-graduação à distância. Tel: (21) 0800-2825353.
Site: www.avm.edu.br.

▶**Faculdade Béthencourt da Silva** – 20% (vinte por cento) de desconto nos cursos: Bacharelado em Administração – Bacharelado em Ciências ▶**Contábeis** – Licenciatura em Eletrônica – Licenciatura em Construção Civil. Tel: (21) 2277-7600. Site: www.fabesrj.edu.br.

▶**Faculdades Integradas de Jacarepaguá** – FIJ – 40% (Quarenta por cento).
Tel:(21) 3392-6503. Site: www.fij.br.

▶**Moraes Junior** - 10%de desconto. Tel: (21) 2169-8200. Site: www.moraesjunior.edu.br.

▶**Faculdade São José** – Oferece desconto nos cursos de graduação. Tel: (21) 3159-1249.
Site: www.saojose.br.

▶**SUESC** – Desconto de até 25%. Tel: (21) 3077-0500. Site: www.uniesp.edu.br.

▶**Uni La Salle** – Descontos de até 20% de desconto. Tel: (21) 2199-6600
Site: www.unilasallerj.org.

▶**Universidade UNISUAM** – 40% nos cursos de graduação. Tel: (21) 3882-9797. Site: www.unisuam.edu.br.

FARMÁCIAS

▶**Farmácia de Manipulação Bio Ativa** – 15% de desconto no pagamento á vista e 10% de desconto no pagamento com cartão (sem parcelamento). Filiais: Centro Tel: (21) 2224-6486. Madureira Tel: (21) 2489-6141. Tijuca Tel: (21) 2284-9324.

LAZER

▶**Central Taxi**. Tel: (21) 2195-1001/ 7815-7896/ ID: 46*8472. Site: www.centraltaxi.com.br.

▶**Hotel Mandrágora** – Búzios – 35% de desconto nos períodos de baixa temporada (01/03 até 15/12 exceto férias de julho e feriados) 15% de desconto nos periodos de alta temporada (16/12 a 18/02). Tel: (22) 2623-1348.
Site: www.hotelmandragora.com.br.

▶**Hotel Monte Alegre** - 40% nas diárias, este benefício não inclui pacotes em datas especiais. Tel.: (21) 2277-7300. Site: www.hotelmontealegre.com.br.

▶**Hotel Recanto – Penedo** – 10% de desconto para uma pessoa ou casais e 15% para grupos, nos períodos de alta e baixa temporada.
Tel: (24) 3351-1253.

▶**One Hotel Búzios** – 20% de desconto para uma pessoa ou casal e 25% para grupos, não proporcionais ao período de alta e baixa temporada. Tel: (22) 2633-1073.
Site: www.onehotelbuzios.com.br.

▶**Pousada Água Marinha** – 5% de desconto na alta temporada e 10% de desconto na baixa temporada. Tel: (22) 2645-6555 / 2643-8446 / 2643-8447.
Site: www.pousadaaguamarinhacabofrio.com.br.

▶**Pousada Arcádia** - Baixa temporada: 20% de desconto sexta a domingo e 30% nos demais dias. Alta temporada: 10% sexta a domingo e 15% nos demais dias. Tel: (24) 2220-4850.
Site: www.pousadaarcadia.com.br.

▶**Pousada Rayer Land** – Baixa temporada: 20% de desconto e na alta temporada: 10% de desconto sobre o valor de balcão. Tel: (22) 2622-4754/ 2622-4094. Site: www.rayerland.com.br.

▶**Rio's Nice Hotel** – 20% de desconto de acordo com o apartamento ocupado. Tel: (21) 3970-9100. Site: www.riosnicehotel.com.br.

▶**Pousada Itaúna Inn** – 10% de desconto. Tel: (22) 2651-1257 / 9938-3071.
Site: www.itaunainn.saquarema.com.br.

▶**Restaurante Verde Town** – 10% de desconto no peso da refeição até as 14:00 horas. Após este horário prevalece a promoção vigente no período. Tels.: (21) 2233-8543 / 2237-8676. Site: www.verdetown.com.brSESI – MA – Desconto de 10% nas consultas médicas e 30% de desconto nas mensalidades. Tel: (98) 3212-1822 / 3212-1862 / 3212-1821.

▶**SESI - RJ** – 10% nas consultas médicas, odontológicas e área da educação e 30% na mensalidade do Clube SESI. Tel: 0800.0231-231. E-mail: faleconosco@firjan.org.br.

▶**SINDESNAV** – Sede Campestre: Guapimirim/ Sede Praiana I: Armação de Búzios/ Sede Praiana II: Piratininga. 20% nas diárias, este benefício não inclui pacotes em datas especiais. Tel: (21) 2516-1100.

▶**Studio Marcello Moragas** – 17% de desconto na Mensalidade e Isenção na Matrícula. Tels.: (21) 2203-0622/ 2223-0177.
Site: www.moragas.com.br.

PREPARATÓRIOS

▶**Academia do Concurso Público** – 20% nos cursos preparatórios para concursos realizados pela ABEC. Tel: (21) 2108-0300.
Site: www.academiadoconcurso.com.br.

▶**Complexo Educacional Damásio de Jesus** – 20% nos cursos oferecidos na Unidade Centro/RJ. Tel: (21) 2262-4658.
Site: www.damasio.com.br.

▶**Curso Ícaro** (Exame Supletivo e Pré-Vestibular). Tel: (21) 2220-6918/ 2240-2738.
Site: www.cursoicaro.com.br.

NORDESTE

ENSINO

▶**Datacontrol** – 20% de desconto. Tel: (98) 4009-6000. Site: www.datacontrolbr.com.br.

▶**Escola Batista Ludovicense / MA** – 20% de desconto sob o valor normal das mensalidades de todos os cursos oferecidos. Tel: (98) 3232-5216. Site: www.ctnsg.com.br.

▶**CCAA / Alagoinhas BA** - 40% de desconto para alunos novos e 15% nos outros períodos. Tel.: (75) 3421-9844/ 3422-0405.
Site: www.ccaa.com.br.

▶**Centro Internacional de Idiomas CI** - Tel: (98) 3232-4930/ (98) 3232-4930.
Site: www.ciiidiomas.com.

▶**CNA/ MA –** 20% de desconto para os cursos de inglês e Espanhol, ministrados na Unidade COHAB. Tel: (98) 3245-2911/ 32452012. Site: www.cna.com.br.

▶**Fanor / Faculdade Nordeste** – Descontos de até 30% dependendo do curso escolhido. Tel: (85) 3052-4848. Site: www.fanor.edu.br.

▶**FARN** – Descontos de 10% (dez por cento) a 25% (vinte e cinco por cento) para os cursos de Graduação e 20% (vinte por cento) para todos os cursos de Pós – Graduação.
Tel: (84) 3215-2917. Site: www.farn.br.

▶**FTC – Faculdade de Tecnologia e Ciências (IMES)** - BA – Descontos que variam de 10% (dez) a 20%(vinte) incidente sobre o valor das mensalidades dos cursos de Graduação, Pós Graduação. Tel. (71) 3254-6666.
Site: www.ftc.br.

SANTOS

LAZER

▶**Brasil Futebol Clube** – Desconto de 20%. Tel: (13) 3236-4566.

▶**Grupo ALC** - 3% Cruzeiro Marítimo; 3% Pacote Nacional e Internacional; 3% Locação de Veículos; 10% Seguro Viagem; 10% Assessoria Consular para visto e documentação. Tels.: (11) 3229-9238 / 3229-9280/ 3229-9237.
Site: www.grupoalc.com.br.

▶**Hotel Mantovani** – 15% de desconto. Tel: (19) 3824-1000. Site: www.hotelmantovani.com.br.
E-mail: hotelmantovani@uol.com.br.

ENSINO

▶**Colégio Laly** – 20% de desconto. Tel: (13) 3358-2042 | (13)3358-2842.
Site: www.colegiolaly.com.br.

▶**Fundação Lusíadas** – Desconto de até 20%. Tel: (13) 3202.4100 / 3202.4600.
Site: www.lusiada.br.

▶**Microlins Boqueirão** – 10% de desconto. Tel: (13) 3223 – 8189. Site: www.microlins.com.br.

▶**Paulistec** – Mensalidades de R$ 420,00 (pode parcelar). Tel: (13) 3219-2490.

▶**San Petro** – 60% de desconto. Tel: (13) 3223-2414. Site: www.sanpetro.com.br.

▶**Tecnoponta Treinamentos** – Descontos de até 25%. Tel: (13) 2104-4777.
Site: www.tecnoponta.com.br.

▶**UNISANTA** – A Universidade oferece desconto nos cursos de graduação e de pós-graduação. Tel: (13) 3202-7100.
Site: www.unisanta.br.

EMPREGOS
HISTÓRIA
JUSTIÇA
MEMÓRIA
QUALIFICAÇÃO

SINCOMAM
FUNDADO EM 12 DE MARÇO DE 1927

Sindicato é para lutar

Sindicato Nacional dos Condutores da Marinha Mercante e Afins

www.sincomam.com.br

Você acaba de conhecer as vantagens de pertencer ao SINCOMAM.

Estimule a sindicalização de colegas.

SINCOMAM

FUNDADO EM 12 DE MARÇO DE 1927